

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 252.3.51.0

DATA: 03/12/01

TURNO: Vespertino

TIPO SESSÃO: Ordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

HORA INÍCIO: 13h

HORA TÉRMINO: 16h46min

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 252ª Sessão, em 03 de dezembro de 2001

Presidência dos Srs.
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

ÀS 13 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

- Aécio Neves
- Efraim Morais
- Barbosa Neto
- Severino Cavalcanti
- Nilton Capixaba
- Paulo Rocha
- Ciro Nogueira
- Pedro Valadares
- Salatiel Carvalho
- Enio Bacci
- Wilson Santos



O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Não havendo **quorum** regimental para abertura da sessão, nos termos do § 3º do art. 79 do Regimento Interno, aguardaremos até trinta minutos para que ele se complete.



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. GONZAGA PATRIOTA, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Passa-se à leitura do expediente.

O SR., servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE



O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Finda a leitura do expediente,
vai-se passar ao

IV - PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Paim, que disporá de cinco minutos na tribuna.



O SR. PAULO PAIM (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pretendo, no Grande Expediente de hoje, apresentar o livro da Casa, que demonstra que este Parlamentar não só participou do processo constituinte de 1986 a 1988, como assinou a Constituição, ao contrário do que dizem alguns desinformados.

Poderia apresentar milhares de **e-mails** e cartas que recebi nesse fim de semana de solidariedade ao nosso trabalho nesta Casa.

Registro nos Anais da Casa as palavras do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio:

O Deputado Paulo Paim, num gesto extremo, estava, naquela oportunidade, defendendo a Constituição e a CLT. Foi um gesto emblemático, simbólico, demonstrando que, naquele momento, o Brasil precisava discutir o que estava acontecendo. Com esse gesto, não permitiu que a matéria fosse aprovada como queria o Governo.

Agradeço ao Ministro Marco Aurélio a forma íntegra, ímpar e ousada com que fez a defesa deste humilde Parlamentar, enquanto a elite quer calar a voz do operário e do negro na tribuna desta Casa. Mas tenho certeza de que não conseguirá.

Sr. Presidente, vou ler carta que recebi e que me emocionou muito.

Companheiro Paim,



Há momentos na vida em que os símbolos falam tudo, são compreensíveis por si mesmos, e expressam muitos sentidos em várias direções.

Seu gesto no Plenário, na sessão de ontem que examinava o PL nº 5.483/01, que flexibiliza a CLT, foi duro, contundente, firme, próprio dos melhores e mais expressivos profetas do mundo bíblico. Naquele momento você foi o nosso profeta.

Seu longo, polêmico e oportuno discurso teve um desenlace que ficará para a história do Parlamento e do PT, e engrandece a sua trajetória.

Não podíamos enfrentar o debate daquela matéria, enquadrados numa ordem hipócrita e injusta, sem que tivéssemos a coragem de chamar a atenção do país para o que estava em jogo naquele momento.

São os direitos mínimos dos trabalhadores, como o décimo terceiro salário e férias.

Você teve essa coragem. O simbolismo do seu gesto é o que definitivamente ficará marcado na história do nosso país.

O nosso Partido, por meio da sua ação profética, será reconhecido como o Partido realmente dos trabalhadores.



E registro: será reconhecido como defensor dos trabalhadores e dos aposentados.

*Um partido identificado com as causas populares,
em defesa dos pobres, dos explorados, dos esquecidos.*

*Assim sendo, faço chegar até você a minha total e
irrestrita solidariedade.*

Um abraço.

Nilson Mourão.

Deputado Federal — PT

Esse documento foi o primeiro que recebi, entre tantos outros.

Sr. Presidente, recebi, ontem, em São Paulo, o Prêmio Internacional de Direitos Humanos pela Luta contra o Preconceito, contra o Racismo e em Defesa dos Discriminados e Marginalizados, e o apresentarei num segundo momento.

Desde já, agradeço a cerca de 90% dos Parlamentares desta Casa que até o momento, mesmo discordando do projeto em tela, hipotecaram-me solidariedade pela história deste Parlamentar nesta Casa ao longo de dezesseis anos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) –

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao participar, no último dia 30, de evento ligado ao comércio lojista do Ceará, no Município de Canindé, ali recolhi impressão sobre a realidade nacional, inclusive sobre a política de juros posta em prática pela área econômica do Governo Federal.

Enquanto os empresários se detiveram sobre essa temática, com menção particular à elevação do capital de giro para o comércio e o setor de serviços, o Prefeito Glauber Monteiro expressava sua confiança em que a União haveria de colaborar na construção de um monumento a São Francisco, padroeiro daquela comuna, dentro de projeto já devidamente elaborado para aquela meca de crença e religiosidade.

Aliás, como cearense, o Ministro do Planejamento, Martus Tavares, mostrou sensibilidade para ajudar a efetivar-se tão justa aspiração, apoiando também iniciativa que todos nós, Deputados Federais, passamos a esposar com empenho e determinação.

Com um custo pouco superior a 2 milhões de reais, o monumento de São Francisco projetaria a cidade de Canindé diante dos fiéis que a demandam, especialmente no novenário que termina a 4 de outubro, procedentes de alguns Estados nordestinos, notadamente Piauí, Rio Grande do Norte e Maranhão.

Possuindo infra-estrutura moderna, capaz de atender às exigências de um estimulante número de visitas, Canindé, a exemplo de Juazeiro do Norte, situar-se-ia como atraente centro religioso nacional, abrigando os romeiros que ali chegassem para arraigar mais solidamente as suas respectivas convicções cristãs.



Por entender justíssima a pretensão, comprometi-me a defendê-la junto à EMBRATUR, ao Ministério da Cultura e a outros órgãos oficiais, conclamando-os a viabilizar uma obra de dimensão compatível com os sentimentos de religiosidade que ali são cultivados pelos abnegados frades franciscanos.

Aliás, o atual vigário, Frei Carlos, passou a ser um entusiasta da idéia, com o apoio de todos os segmentos sociais, inclusive seu empresariado, liderado pela Câmara dos Dirigentes Lojistas daquela cidade.

Acredito, por isso, que a bancada federal cearense, num procedimento solidário, não regateará esforços para tornar realidade a oportuna sugestão, já com projeto elaborado, perfeitamente exequível, técnica e financeiramente, graças à competência do escultor Deoclécio Diniz, com renome nacional.

Daí minha presença, nesta tribuna, na convicção de que o Executivo Federal oferecerá suporte orçamentário indispensável ao sonhado empreendimento, que reconstitui entre nós “o tradicional caminho de Assis”.

Ainda este ano o Prefeito Glauber Monteiro espera que a idéia caminhe para sua próxima consolidação, o que, aliás, é aguardado com imensa expectativa pela população canindeense e por quantos, no Ceará, tomaram conhecimento da auspiciosa providência.

A exemplo do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, bem assim de Padre Cícero Romão Batista, na região do Cariri, a estátua gigante de São Francisco refletirá o vigor da fé e dos sentimentos do povo cearense, numa urbe progressista, distante apenas 110 quilômetros da Capital de meu Estado.

A iniciativa sem mais protelações tornar-se-á, em breve, esplêndida realidade, obrigando, simultaneamente, a recuperação da BR-020, com nova camada asfáltica,



uma vez que o tráfego será, ali, naturalmente intensificado pelo aumento do número de veículos grandes, médios e pequenos, utilizados pela legião de romeiros.



O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero reiterar minha solidariedade ao Deputado Paulo Paim, que se antecipou ao rasgar a Constituição neste plenário. Mesmo que lutemos aqui diuturnamente, não acredito que o Governo, com a barganha que vem fazendo, deixe de rasgar de direito a Consolidação das Leis do Trabalho, aumentando a miséria do trabalhador brasileiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há alguns dias, a cidade de Petrolina, no sertão do São Francisco, a 750 quilômetros do Recife, celebrou o centenário de nascimento da Sra. Magdalena Barracão, com missa na Igreja Matriz da cidade.

Magdalena foi casada com João Barracão, o único político socialista que conseguiu derrotar o clã da família Coelho, numa eleição municipal no século passado. Ele foi Prefeito de Petrolina entre 1947 e 1951. Espero que algum socialista ou não faça o mesmo com essa coelhada de Petrolina neste século.

Para se ter idéia da importância histórica de sua vitória, basta dizer que os seus adversários controlam a política no Município há cerca de meio século.

Nascida numa família de fazendeiros e comerciantes Maria Magdalena de Sá e Silva, casou-se com João Ferreira da Silva em 1921. De origem humilde, João nasceu na Vila Nova da Rainha, hoje Município de Senhor do Bonfim, no sertão da Bahia. Por trabalhar num armazém, entregando mantimentos a operários, ele viria a ganhar o apelido de Barracão. Depois de casado, João passa a auxiliar o sogro, comerciante nos negócios. A partir daí envolve-se com a política chegando à Prefeitura de Petrolina em 1947.

Em pouco tempo, tornou-se um líder político forte, ligando-se à União Democrática Nacional — UDN, espécie de Esquerda da época. Segundo avaliações



de historiadores petrolinenses, Barracão tinha espírito socialista e trabalhou para melhorar o padrão de vida das classes mais baixas. Entre suas ações como administrador estão a doação de terrenos para instalação de escolas como o Colégio Dom Bosco, da Diocese do Município, construção de praças, açudes, matadouros e pista de pouso em Distrito do Município e ainda a execução de calçamento.

Foi também durante o Governo de Barracão, Sr. Presidente, que aconteceu o lançamento da pedra fundamental da ponte Presidente Eurico Gaspar Dutra, que liga Petrolina a Juazeiro, no Estado da Bahia.

João Barracão e Magdalena tiveram dezesseis filhos. Toda a trajetória de João Barracão foi compartilhada com a esposa, que conseguiu viver apenas dezoito dias sem o marido. Ele morreu no dia 7 de maio de 1977 e ela no dia 25.

Petrolina não esquece João Barracão e sua querida esposa, verdadeiros exemplos para todos os que se insurgem contra a cansativa e inútil política dos currais eleitorais pernambucanos.

Sr. Presidente, realizou-se em Brasília, de quinta-feira a sábado, o Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro — PSB. Milhares de socialistas de todo o Brasil vieram discutir não apenas os problemas do partido em seus Estados, nas suas regiões, como também do Brasil, as crises crônicas que só atingem os pequenos que, a cada hora, são mais sacrificados.

Discutimos a permanência danosa de Fernando Henrique Cardoso no Governo durante oito anos, essa utopia e essa mentira, que é um plano de estabilidade econômica que pode estar estabilizando seu mandato no Palácio do Planalto, mas não a nossa economia.



Sr. Presidente, o pobre está cada vez mais pobre, assim como as Regiões Norte e Nordeste, onde a cada dia aumenta o custo de vida. O salário do trabalhador, não fosse o Deputado Paulo Paim, juntamente com a maioria progressista desta Casa, ainda estaria em pouco mais de 30 dólares. Temos um salário vergonhoso, e o preço do botijão de gás, no Governo Fernando Henrique Cardoso, aumentou de R\$ 6,00 para R\$ 20,00. Soltaram os preços, porque o botijão de gás deveria estar custando R\$12,02. A gasolina, de R\$ 0,47 o litro, está chegando a R\$ 2,00 o litro. O frango, da campanha do Presidente, está chegando aos R\$ 2,00.

O PSB discutiu esses problemas e lançou oficialmente a candidatura do Governador do Rio de Janeiro, Antony Garotinho, à Presidência da República. Vamos trabalhar ao lado de Lula e de outros candidatos de partidos progressistas para que tenhamos, se Deus quiser, no próximo ano, um governo socialista, trabalhista que possa resolver os problemas do Brasil, e não só fazer discursos bonitos na França, apoiar projetos de determinados países que só sugam o sangue do trabalhador brasileiro.

Era o que tinha a dizer.



O SR. MARCONDES GADELHA (Bloco/PFL-PB. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero louvar a iniciativa do Governo Federal que enviou a esta Casa mensagem transformada no Projeto de Lei nº 5.671, de 2001, que cria a Universidade Federal de Campina Grande desmembrada da Universidade Federal da Paraíba.

A solução foi muito feliz porque corrige uma disfunção histórica na condução administrativa da nossa universidade pública. Como V.Exas. sabem, a Universidade Federal da Paraíba é multicampus, ou seja, tem unidades espalhadas em todo o Estado. Algumas delas distam da Capital, portanto, dos centros de decisão da vida universitária, pelo menos 450 quilômetros, gerando um distanciamento que leva, muitas vezes, ao esquecimento de ações extremamente importantes para manter o ritmo do relacionamento entre discentes e docentes, da transmissão de conhecimentos.

O segundo ponto é que essa decisão atende à vocação natural de Campina Grande para o setor de serviços e, de forma muito especial, para o ensino.

Aquela cidade teve missão civilizadora histórica, que vem desde o papel exercido como principal entreposto comercial do Nordeste e, posteriormente, como grande centro industrial no período áureo da cultura do algodão.

Infelizmente, essas alternativas se perderam no tempo. Agora Campina Grande se volta para o setor de serviços e se desponta como centro de pesquisas, como centro de ensino de grande respeitabilidade nacional. O curso de Engenharia Elétrica da Faculdade Politécnica da Universidade Federal da Paraíba, com sede em Campina Grande, tem seu mestrado procurado como centro de excelência nacional,



tem formado mestres e doutores na especialidade e tem enviado para outros centros mão-de-obra qualificada, recursos humanos da melhor qualidade.

Finalmente, Sr. Presidente, diria que essa também é uma alternativa para o desenvolvimento econômico da Paraíba, um Estado pobre, desprovido de recursos naturais, batido por secas periódicas, que não tem outro caminho senão apostar na qualidade dos seus recursos humanos, como de resto fizeram outros países, regiões ou Estados em circunstâncias iguais.

Estados pobres em recursos naturais apostaram em seus recursos humanos. Países na mesma circunstância, para enfrentar o grande desafio do desenvolvimento econômico, apostaram todas as fichas nos seus recursos humanos. É o que faz neste momento a Paraíba e a própria cidade de Campina Grande, que, além da sua universidade federal, conta com uma universidade estadual e com uma universidade privada.

Neste momento, concitamos esta Casa a votar esta matéria em regime de urgência. Convém lembrar que esta mensagem deveria ter sido enviada há mais tempo — pelo menos há seis meses. Essa não era só nossa expectativa, mas também a do Estado da Paraíba. Agora, é preciso recuperarmos o tempo perdido e votar esta matéria, a fim de que a Universidade Federal de Campina Grande esteja estruturada para receber os alunos no ano letivo de 2002.

Cabe-me dizer que não haverá nenhum transtorno ou dificuldade no que concerne ao orçamento, uma vez que se tratará tão-somente de desmembramento — o orçamento consolidado da Universidade Federal da Paraíba seria, em parte, transferido para a Universidade Federal de Campina Grande.



A tempo e hora, será encaminhado pedido às Lideranças e, por extensão, à Casa para votarmos este projeto em regime de urgência. O apelo que desde já fazemos à Casa é para que acolha este pleito aguardado tão ansiosamente pela nossa comunidade.

Muito obrigado.



O SR. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS (Bloco/PFL-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com um parque industrial instalado e formado por 31 mil estabelecimentos fabris, empregam em torno de 1,5 milhão de trabalhadores, respondem por 17% de nosso Produto Interno Bruto e vêm enfrentando situação que está a merecer urgentes providências por parte do Governo da União.

Nesse sentido, tanto eu como todos os membros da bancada catarinense no Congresso Nacional temos recebido apelos e manifestações preocupantes, subscritos pela diretoria da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina — FIESC e do empresário e ex-Senador Otair Becker, presidente da INFRAGÁS, empresa formada por grandes consumidores de gás natural que participa do Conselho de Administração da SCGÁS, a estatal catarinense distribuidora do produto.

O problema que tem sido apresentado é o da falta de competitividade do preço do gás natural importado da Bolívia, que abastece as indústrias do Sul, e o do gás nacional distribuído nas demais regiões do País. O preço do gás natural boliviano supera em mais de 50% o do nacional.

O quadro seguinte oferece um retrato da realidade, destacando que o preço do gás nacional varia de acordo com a distância de transporte, e o proporcionado pelo gasoduto Brasil—Bolívia sofre os efeitos da variação do preço internacional do petróleo e do dólar.

No Rio de Janeiro, onde a origem do suprimento é nacional, o custo relativo é de 100%; na Bahia, onde também a origem do suprimento é nacional, o custo



relativo é de 100,02%; em São Paulo, onde a origem do suprimento é 70% nacional e 30% boliviana, o custo relativo é de 105,72%; em Minas Gerais, onde a origem do suprimento é nacional, o custo relativo é de 107,73%; finalmente, em Santa Catarina, onde a origem do suprimento é boliviana, o custo relativo é de 156,36%.

Essa discrepância de preços vem interferindo na competitividade das empresas catarinenses, tanto no mercado interno como no externo, podendo-se citar como exemplo empresas de porte e renome que se destacam no ramo cerâmico e têxtil, estabelecidas nos centros industriais de Joinville, Jaraguá do Sul, Brusque, Tijucas, Tubarão, Criciúma, Cocal do Sul e Urussanga.

A questão tem a ver com o desempenho da produção industrial na Região Sul, de incontestável expressão, e o da própria economia nacional, estando, portanto, a reclamar urgentes, criteriosas e precisas providências por parte do Governo da União.

A providência da equalização dos preços do gás natural para consumo industrial, reivindicação justa dos três Estados do Sul, está a merecer resposta governamental urgente.

Muito obrigado.



O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta Casa, todos sabem que defendo as Polícias do País. É bem verdade que tenho de citar o tratamento diferenciado às vezes concedido pela imprensa às Polícias Militares. Registro que o coronel Viriato Corrêa Lima, principal personagem de famoso caso divulgado pela imprensa, foi julgado e condenado à pena máxima num prazo muito curto. V.Exa. sabe de que caso estou falando. Entretanto, não li nenhuma linha sobre o assunto na imprensa, que sempre combateu e criticou a Justiça Militar. A propósito, esse órgão judiciário prova mais uma vez à sociedade brasileira que é rápido, célere e rígido.

Alguns segmentos da mídia procuram distorcer e não respaldar a ação policial executada recentemente em São Paulo, quando seqüestradores aprisionaram, constrangeram, ameaçaram e agrediram pessoas num **shopping**. A Polícia Militar agiu de forma enérgica, embora, infelizmente, dois marginais tenham falecido na operação. Percebemos claramente que, nesses casos, a mídia ocupa papel de julgadora e procura colher opiniões da sociedade. Se, por exemplo, a população respaldar a ação do policial, certamente ele não será massacrado, execrado, julgado ou condenado, e os meios de comunicação darão o devido apoio e valor ao seu desempenho.

A sociedade brasileira não consegue mais viver no clima de insegurança pública que assola o País. Gostaria que ficasse claro que defendo a imprensa livre, mas responsável. Infelizmente, muitos policiais estão sendo assassinados por dia no Brasil em virtude de ações sensacionalistas da mídia.

Hoje, a primeira providência que toma um marginal rebeliado é procurar a imprensa, pois a mídia fornece espaço muito maior aos marginais do que às



peças que defendem a sociedade, mesmo com risco de suas próprias vidas.

Todos sabem disso, mas, infelizmente, a imprensa continua a seguir tal caminho.

É evidente que as questões sociais em nosso País são muito importantes e fator decisivo para o aumento da criminalidade. Sempre digo que a Polícia atua sobre os efeitos da criminalidade, pois suas causas são o desemprego e a falta de educação. Entretanto, acrescento a esses fatores o protecionismo do Governo Federal, que tem à frente o Sr. Fernando Henrique Cardoso, no trato com a marginalidade. É impressionante como bandidos são protegidos no Brasil. Além disso, é preciso considerar a parcela de culpa da imprensa brasileira. A sociedade não suporta mais essa situação.

O povo brasileiro já incorporou em seu dia-a-dia as rebeliões, quando os valores são invertidos e se dá espaço àqueles que assassinam ou cortam o dedo de uma criança. São indivíduos que mal sabem se expressar, mas, como meio de pressionar os pais a pagarem o resgate, cortam a orelha ou o dedo de suas vítimas. Quando são presos, a imprensa transforma esses homens em heróis ou até mesmo em figuras conhecidas em âmbito nacional.

Durante 25 anos de minha vida dediquei-me à segurança pública, e fico realmente entristecido ao ver o comportamento desviado da imprensa brasileira. Não tenho qualquer receio de fazer essa afirmação, pois é o que todos gostariam de dizer. Não me importo com a possibilidade de ter ou não espaço; tenho é de cumprir o meu papel de Parlamentar: o de representar o povo que me elegeu. A função do Parlamentar é vir a esta Casa e falar sobre o que realmente está ocorrendo.



Muito se critica a ditadura militar, mas hoje vivemos sob a ditadura da imprensa, e não vejo nada sendo feito a esse respeito. É uma situação triste e lamentável, e queria registrar, Sr. Presidente, esse meu inconformismo.

Para exemplificar o tratamento diferenciado que é dado à Polícia Militar, cito o caso da cantora Gloria Trevi. Se o estupro do qual a cantora foi vítima tivesse ocorrido em um quartel da Polícia Militar, certamente até hoje o caso estaria sendo estampado na primeira página dos jornais todos os dias. Entretanto, como o caso ocorreu nas dependências da Polícia Federal, a situação tomou outro rumo.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado no programa **A Voz do Brasil** e nos órgãos de comunicação da Casa.

Era o que tinha a dizer.



O SR. CLEMENTINO COELHO (Bloco/PPS-PE. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna falar sobre o Projeto de Lei nº 5.307, de 2001, do Poder Executivo, que em boa hora cria a Universidade Federal de Petrolina ou, como muitos preferem chamar, a Universidade Federal do São Francisco em Petrolina, Estado de Pernambuco. Creio até que esse nome enaltece mais Petrolina, pois sua pujança está diretamente ligada às águas do Rio São Francisco.

Sr. Presidente, quero cobrar esclarecimentos do Ministro Paulo Renato, do Sr. Luis Roberto Liza Curi, do Sr. José Luiz da Silva Valente e da Assessora do Ministro, Dra. Emília.

O Projeto de Lei n.º 5.307, do Exmo. Sr. Presidente da República, nasceu justamente de outra mensagem do Executivo, que resultou no Projeto de Lei nº 2.144, de 1999, o qual tramitou na Comissão de Economia desta Casa até abril deste ano. Com a transformação da Escola Agrotécnica em CEFET de Petrolina, através do Projeto de Lei n.º 2.144, o Executivo visava a incorporar o CEFET Petrolina à Unidade Técnica daquela cidade, que era ligada ao CEFET Pernambuco, cuja sede é em Recife.

A partir da discussão havida entre professores, alunos e toda a sociedade civil do Submédio São Francisco, na relatoria do Projeto de Lei nº 2.144, chegamos à conclusão de que o melhor não era a fusão de duas escolas técnicas, mas, sim, permanecer o CEFET Petrolina e transferir os cursos, os professores e os prédios da Unidade Técnica, até então ligada ao CEFET Pernambuco, para a Universidade Federal de Pernambuco. Assim, estaríamos criando um campus avançado da Universidade Federal de Pernambuco, uma das mais conceituadas do País, no São



Francisco, e começaríamos um processo gradual de adensamento de cursos e capacitação de professores para, num espaço de cinco anos, aquele campus poder ter sua autonomia.

Não sei por que esse projeto foi retirado. Ou melhor, sabemos: pela interferência da miopia política nas questões educacionais, sobretudo no ensino superior.

O Governo retirou o Projeto de Lei nº 2.144, comprometeu-se com toda a região, especialmente com os professores e alunos, no sentido de que mandaria criar a universidade.

Veio, então, o projeto de criação da universidade. O primeiro motivo a lamentar: o projeto é autorizativo. O Relator do mérito desse projeto não aceitou relatar um projeto autorizativo. Isso seria até uma discriminação, porque a última universidade criada, a do Tocantins, veio também através de um projeto autorizativo, mas o Relator conversou com o representante do Ministério e de autorizativo passou a ser determinativo. Então, nós, do São Francisco, exigimos o mesmo: que o Projeto de Lei nº 5.307, que cria a Universidade Federal de Petrolina, seja determinativo. Assim, ele estará em sintonia com as 40 mil assinaturas colhidas na região, quando da discussão do Projeto de Lei nº 2.144, embrião desse projeto.

Agora, em novembro, o Governo baixou um decreto que contém aquilo que ele queria fazer, consultando esta Casa, com o Projeto de Lei nº 2.144, e não conseguiu pois, em audiência pública em Petrolina, apresentamos um substitutivo mudando o que o Governo queria, mas mantendo o objetivo de se criar uma universidade. No dia 19 de novembro, veio o Decreto nº 4.019, da Casa Civil, transferindo os acervos intelectual, de prédios, de cursos da Unidade Técnica que



pertencia ao CEFET Pernambuco para o CEFET Petrolina, contrariando o que foi discutido democraticamente; contrariando 40 mil assinaturas; contrariando o movimento popular qualificado de todos os professores, de todos os alunos, inclusive com pareceres dos reitores da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal Rural do Estado.

Esse decreto é inoportuno, é inócuo. O que dispõe esse decreto poderia muito bem ser conseguido com a aprovação do Projeto de Lei nº 5.307, com a criação da universidade. Lá vai ser criado um conselho universitário provisório, vai ter um reitor, e assim poderíamos estar discutindo democraticamente o que é melhor para a região e não atender apenas questões com viés politiquero. Não se pode continuar tratando a Universidade Federal como questão de política partidária. Essa é uma política de Estado, é uma política para a sociedade.

Portanto, queremos uma explicação do Sr. Ministro. Qual é o alcance desse projeto? Por que agora ele vem de canetada, já que foi rechaçado na discussão democrática havida tanto na Comissão de Educação como na Câmara Municipal de Petrolina? Por que agora, com uma canetada, vai revalidar-se o que foi rejeitado democraticamente?

Queremos fazer um apelo à Mesa para que coloque o projeto em votação com urgência urgentíssima, acatando emendas de quatro Parlamentares da região, que visam a melhorá-lo. Mas queremos uma explicação. Não se pode rasgar 40 mil assinaturas e deixar de considerar movimento que ficou consolidado nas assembleias das escolas.

Pedimos ao Sr. Ministro da Educação e a toda a sua equipe técnica que dêem uma satisfação à comunidade de Petrolina sobre o que está ocorrendo. Nós



queremos uma universidade federal que reconheça as instituições públicas — municipal, estadual e federal — já existentes na cidade, e que seja forte, consolidada, consubstanciada num processo que tenha começo e que possamos ver o seu final. Não podemos jogar fora recursos públicos. Tem de haver sinergia de esforços para conseguirmos uma universidade federal com massa crítica e com substância naquele recanto do Vale do São Francisco.

Muito obrigado.



O SR. ORLANDO DESCONSI (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, cidadãos e cidadãos brasileiros, aproveitando a presença do Deputado Paulo Paim eu gostaria de manifestar minha integral solidariedade a S.Exa. Em sua longa trajetória na luta em defesa do salário mínimo, da aposentadoria e dos direitos dos trabalhadores, S.Exa., simbolicamente, demonstrou a quem o assistia pela **TV Câmara** que os Deputados da base governista é que estão ignorando o art. 7º da Constituição, votando a favor do projeto que altera a CLT. E os trabalhadores entenderam o que S.Exa. fez nesta Casa.

Os Parlamentares que querem processá-lo é que, com o seu voto, retiram uma página da história de 60 anos de lutas e de conquistas do povo trabalhador.

Nossa integral solidariedade a V.Exa., Deputado Paulo Paim. Vá avante nessa luta que é de V.Exa., do povo brasileiro e de todos nós por melhores dias para esse povo sofredor.

Quero manifestar também a minha indignação, a minha revolta ao ver os jornais de hoje, do meu Estado — **O Sul, Correio do Povo, Zero Hora, Jornal do Comércio** — e, com certeza, os demais jornais do País anunciarem que na quinta-feira, na Granja do Torto, o Governo festejará com os Parlamentares que votaram contra os trabalhadores. Temos de ficar atentos: o Governo usa dinheiro público para chantagear Deputados, para pressioná-los a votarem a favor de legislação que trai os interesses dos trabalhadores, joga a CLT no lixo, rasga a Constituição. Com certeza vão comemorar junto com o grande empresariado.

Os Parlamentares da base do Governo afirmam que a lei será boa para os trabalhadores. No entanto, essa política ditada pelo FMI quebrou a Argentina.



Estamos assistindo à falência do país vizinho que seguiu todas as orientações do Fundo Monetário Internacional. E o Governo brasileiro insiste em aplicar a mesma política, insiste em sacrificar as empresas nacionais, os trabalhadores brasileiros, os pequenos empresários e agricultores, negociando com os grandes e esquecendo-se dos pequenos. Demonstra assim de que lado está.

Deputado Paulo Paim, quero desafiar os Deputados da base do Governo a aprovarem o salário mínimo igual ao mínimo regional do Estado do Rio Grande do Sul, ou seja, de R\$ 230,00 a R\$ 250,00. Ou será que o Brasil não cresceu com o Real? Vão dar o atestado de incompetência dessa política?

A Frente Popular coordenada pelos companheiros Olívio Dutra e Miguel Rosseto está conseguindo reajustar o salário mínimo para R\$ 230,00 ou R\$ 250,00. Enquanto isso o Brasil quer passá-lo para R\$ 189,00. Não aceitamos esse percentual.

Sr. Presidente, na semana passada, o Deputado Inocêncio Oliveira afirmou da tribuna desta Casa que não aceitaria pressão do Governo, para votar a correção da tabela do Imposto de Renda. O Governo afirmou que cortaria as emendas dos Parlamentares. Mas parece que está tudo resolvido. O Governo vai liberar recursos para emendas de Parlamentares, desde que votem a favor dos grandes empresários e contra os trabalhadores. Alterar a CLT é o mesmo que votar contra os trabalhadores. No entanto, Sr. Presidente, isso é motivo para o Presidente Fernando Henrique Cardoso comemorar na Granja do Torto com seus asseclas desta Casa.

Ressaltamos, que os Parlamentares da Situação, que se manifestaram desta tribuna contra o projeto do Governo, são merecedores do nosso respeito, da nossa



admiração, pois, mesmo pertencendo à base governista, têm coragem de não se curvar à pressão.

Sr. Presidente, no Rio Grande do Sul, decidimos, neste ano, juntamente com 378 mil pessoas, a aplicação de cada centavo do Orçamento estadual, realizando assembléias nos 497 Municípios. Com as novas medidas, os Municípios recebem três vezes mais recursos do que recebiam no Governo passado. Não há corrupção no Estado, o dinheiro público é aplicado naquilo que o povo deseja. Infelizmente vemos que o Governo Federal usa o Orçamento para chantagear os Deputados.

Vamos investigar a liberação das emendas, vamos saber se o Governo liberará recursos somente para os Deputados que votarem a seu favor.



O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PFL-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, participamos no último final de semana, na cidade de Santo Antônio do Içá, região do Alto Solimões, no meu Estado, Amazonas, do IX Seminário de Vereadores daquela região.

A Prefeita do Município, Sra. Inês Baranda Hortêncio, o Vice-Prefeito José Raimundo e os Vereadores da Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá receberam Parlamentares e autoridades de toda a região do Alto Solimões, de Tabatinga, de Benjamin Constant, de Atalaia do Norte, de São Paulo de Olivença, de Amaturá, de Tonantins e ainda do Município de Fonte Boa, nossa terra natal.

O seminário, realizado duas vezes por ano, tornou-se uma espécie de movimento para a defesa intransigente dos interesses maiores da região mais populosa do Amazonas: o Alto Solimões.

Apesar de o tema do IX Seminário dos Vereadores ser “O Manejo Florestal, a Agricultura e a Pesca”, dois assuntos mereceram especial atenção. Um deles foi a atuação da Receita Federal, juntamente com a Polícia Federal, na área de fronteira, nos Municípios de Tabatinga e Benjamin Constant, apreendendo indiscriminadamente motocicletas adquiridas em Letícia, na Colômbia, que fica ao lado de Tabatinga, sem observarem o mínimo de respeito aos cidadãos do lugar.

A compra daqueles veículos, embora a preços mais baixos, não pode ser considerada contrabando. A população os adquire para uso próprio e não para vendê-los em outros Municípios. O assunto já foi amplamente debatido.

Temos audiência marcada com o Secretário da Receita Federal, com os Deputados Federais e Senadores do Amazonas, a fim de encontrarmos solução para tão angustiante problema que está afligindo várias famílias. Cerca de 7 mil



peessoas, que têm esse tipo de motocicleta colombiana, estão apreensivas diante da ação da Receita Federal. Elas sequer tiveram a oportunidade de regularizar sua situação perante aquele órgão de fiscalização.

Outro tema abordado foi a redivisão territorial do Amazonas. Havia a expectativa de que a região do Alto Solimões pudesse ser desmembrada do Amazonas. Para tanto, os diretamente interessados — os habitantes do Alto Solimões — deveriam ser ouvidos.

No entanto, fomos informados naquele seminário de que teríamos de ouvir toda a população do Estado. A questão legal do desmembramento causou amplo debate no seminário. A Constituição diz que o plebiscito deverá se cingir apenas à população diretamente interessada, portanto, deveria ser realizado somente na região onde vai ser criado o território.

A Lei Complementar nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, exige plebiscito mais amplo. O Estado também deve dizer se concorda ou não com tal redivisão e com a criação do território. Os debates em Santo Antônio do Içá foram muito proveitosos. Dele participaram o Vice-Governador Samuel Ranan, vários Deputados Federais e Estaduais. Esse seminário está sempre presente na defesa dos interesses maiores daquela população, que enfrenta problemas com o IBAMA, com a Polícia Federal e com a FUNAI.

A região é complexa. Precisa, por isso, debater seus problemas pelo menos duas vezes por ano. De Santo Antônio do Içá seguimos para Tonantins, Município de Jutaí, e estivemos em nossa terra natal, Fonte Boa, e em Tefé. Em todas essas localidades conversamos com as autoridades locais e com as lideranças municipais



com o objetivo de levar subsídios para os organismos federais promoverem a defesa daquelas comunidades.

Foi proveitosa a visita que fizemos ao Alto e Médio Solimões. Temos a convicção de que o debate dos angustiantes problemas daquele povo é sempre muito produtivo para solucioná-los.

Muito obrigado.



O SR. DIVALDO SURUAGY (Bloco/PST-AL. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Plano Diretor de Regionalização das Ações de Saúde do Estado de Alagoas é parte de um conjunto de instrumentos que visam à implementação do estabelecido na Norma Operacional da Assistência à Saúde, instituída pelo Ministério da Saúde em janeiro último.

Certamente a retomada da organização do Sistema de forma regionalizada vem ao encontro de uma necessidade explicitada pelas equipes de saúde, sejam as que atuam na linha de frente, sejam as de nível de coordenação, especialmente no âmbito estadual: facilitar a articulação com os Municípios e o cumprimento das responsabilidades atinentes ao gestor estadual. Reveste-se, ainda, de importância quando explicita de forma bastante precisa como se dará a referência e a contra-referência regionalizada, o que é fundamental para a implementação da estratégia Saúde da Família, bem como para o desenvolvimento de programas de humanização do pré-natal, do parto e do nascimento.

O processo de implantação da descentralização dos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde no Estado de Alagoas caracteriza-se pela variação de momentos, alguns com muitos obstáculos e outros com iniciativas inovadoras em relação à maioria das demais Unidades da Federação brasileira.

A partir de 1978, com a implantação do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento, foram criadas em Alagoas cinco coordenadorias regionais de saúde, sendo implantadas mais duas, em 1983, distribuídas em Municípios considerados, naquele momento, como pólos ou estratégicos: Santana do Ipanema, Arapiraca, Palmeira dos Índios, União dos Palmares, Matriz de Camaragibe, Penedo e Maceió.



Durante a operacionalização da nova política de saúde do País, em 1996, o Estado apresentava um cenário político e administrativo bastante complexo, fazendo com que no processo de implantação do Sistema Único de Saúde, através da descentralização, o nível central da Secretaria de Estado de Saúde não exercesse suas características de órgão formulador, condutor e regulador da municipalização. Em consequência, a ausência da ação do Estado favoreceu o aparecimento do Colegiado dos Secretários Municipais, que impulsionou o processo de municipalização, especialmente nos anos de 1992 a 1995.

O Ministério da Saúde apresenta, em 1999, o Projeto Nacional de Microrregionalização, inicialmente em cooperação com o Reino Unido, que veio a estimular as intenções expressas pelo Estado de Alagoas, enriquecendo e oportunizando o debate sobre as questões que envolviam os conceitos, a identificação das estratégias e os propósitos do referido Projeto. A microrregionalização em Alagoas inicia-se em 1999, contando com a participação de técnicos das secretarias estaduais de saúde do próprio Estado, de Mato Grosso e do Paraná.

Na ocasião, a Secretaria de Estado da Saúde voltou a assumir o papel condutor e regulador do Sistema, utilizando como estratégia a compatibilização de planos e programas existentes, pautados nas necessidades da população e identificados pelos gestores municipais, além do estabelecimento das novas necessidades do Estado.

A distribuição dos Municípios em doze microrregiões de saúde foi resultado de reflexões e debates realizados em oficinas de trabalho, que contaram com a participação do Grupo Técnico Condutor da Secretaria Estadual, de gestores e de



técnicos dos Municípios. A priorização pela microrregião sanitária, na qual seria desenvolvida nova filosofia de organização dos sistemas municipais de saúde, tomou como base um conjunto de critérios, assim especificados: as facilidades de deslocamento da Capital para os Municípios e o deslocamento entre os mesmos; a disponibilidade de serviços; a necessidade de melhor adequação dos serviços disponíveis nos Municípios da microrregião; os aspectos culturais e econômicos.

O Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de Condições de Vida, analisados em estudo feito por Paulo & Eduardo Haddad, mostram que, em relação ao IDH, é evidente o progresso do Estado de Alagoas, que sai de um índice de baixo desenvolvimento humano, em 1970, para um índice de médio desenvolvimento humano, em 1996.

No campo da saúde, o Estado convive com doenças da pobreza e do desenvolvimento, destacando-se as endêmicas (tuberculose e esquistossomose), as de veiculação hídrica (diarréia, cólera) e as crônicas (diabetes e hipertensão).

A tuberculose, mesmo sendo de fácil diagnóstico e cura, apresentou, em 2000, coeficiente de 38,41 por 100 mil habitantes. Convém lembrar que as precárias condições socioeconômicas da população favorecem o aumento de casos. Já a hanseníase, doença transmissível crônica e de evolução lenta, que ainda acomete mais de 800 mil pessoas no mundo, apresenta-se em Alagoas com uma prevalência de 1,49 por 10 mil habitantes, em 2000.

A incidência de AIDS no Estado, em 2000, foi de 2,52 por 100 mil habitantes, continuando como prioridade por ser uma doença infecto-contagiosa e letal. As crônico-degenerativas, como a hipertensão, o diabetes e o câncer, têm crescido no



Brasil e, conseqüentemente, no Estado, fazendo parte das principais causas de mortalidade.

A perspectiva é ampliar o controle dessas doenças, especialmente por intermédio da atenção básica, com o envolvimento das equipes do Saúde da Família, possibilitando, assim, a detecção precoce e a redução da gravidade e da mortalidade dessas patologias.

As chamadas doenças endêmicas (dengue, esquistossomose, cólera) continuam sendo prioridade no Estado, principalmente nas microrregionais mais atingidas.

A estratégia Saúde da Família foi eleita como modelo assistencial, objetivando expandir a atenção básica com qualidade e eficiência. A operacionalização da estratégia, no entanto, vem enfrentando problemas e dificuldades de ordem diversas, que vêm sendo questionadas e administradas pelos gestores municipais e estadual com a responsabilidade necessária para a superação das mesmas.

O Sistema Único de Saúde 01/2001 institui a atenção básica ampliada, representada por um conjunto de ações do primeiro nível de atenção à saúde que deve ser ofertado por todos os Municípios do País em seu próprio território, de modo a facilitar o acesso da população a esse conjunto de ações, colocando-as o mais próximo possível de sua residência. Com isso, todos os Municípios que se habilitarem às condições de gestão estabelecidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde deverão ofertar ações e serviços de saúde constantes do elenco do PAB-Ampliado, com qualidade e suficiência para atender a seus Municípios.



O princípio de integralidade da assistência deve ser mantido por intermédio da oferta de ações e serviços de outros níveis de complexidade, dentro do próprio território ou a partir da referência intermunicipal.



O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Clementino Coelho, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PDT/PPS. S.Exa. dispõe de três minutos.

O SR. CLEMENTINO COELHO (Bloco/PPS-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados estamos discutindo nas últimas semanas o Orçamento de 2002. Estamos tentando aproveitar os créditos advindos da operação com a Polônia: as chamadas polonetas.

O Senado Federal determinou por meio de resolução que esses recursos deveriam constar da OGU para acelerar a conclusão de obras de infra-estrutura, sobretudo aquelas ligadas à exportação.

Por orientação política e por questão de metodologia técnica, estamos com dois obstáculos: primeiro, se esse recurso, que é uma receita financeira, for aplicado em gasto primário, poderá comprometer o superávit dos compromissos assumidos junto à comunidade internacional; segundo, por ser receita financeira, não pode, por questão de metodologia e tecnicidade, ser transferido para a coluna de gastos primários.

Na última quinta-feira, na discussão dos relatórios setoriais preliminares, nós, por intermédio de questão levantada pelo eminente Deputado Sérgio Miranda, encontramos uma saída. Chamo a atenção do Governo, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, especialmente do Ministro Sérgio Amaral, para o que vou dizer: impulsionar a exportação. Ela será importante para este Governo e também para os próximos, pois determinará a qualidade e a celeridade do crescimento do País.



Sr. Presidente, a solução encontrada foi pegar parte desses créditos para aportar no Fundo de Financiamento à Exportação. Ele não é para gasto primário, mas para inversão financeira. Os recursos ou os bens ali alocados servem para lastrear, alavancar garantias e financiar as exportações brasileiras junto aos importadores dos produtos brasileiros, sobretudo importações de bens de capital e bens manufaturados de alto valor agregado. Portanto, pedimos à assessoria técnica não apenas a da Comissão de Orçamento, mas também a do Ministro Sérgio Amaral, que encontrem uma forma de pegar todos os créditos da Polônia e, com eles, abater a dívida interna.

Existem outras formas mais criativas de fazer o alongamento ou a redução onerosa dessa dívida: reduzir a taxa de juros no COPOM. Fortalecendo esse fundo, vamos elevar as exportações brasileiras de 50 bilhões para 100 bilhões e proporcionar sua desconcentração geográfica. Oitenta e cinco por cento do movimento das exportações brasileiras está no Sudeste.

Sr. Presidente, precisamos colocar parte desse recurso no Fundo de Financiamento à Exportação — não apenas 400 milhões, mas 2 bilhões. O Brasil tem de mostrar à comunidade internacional que está retomando sua vocação de País exportador. E com superávits crescentes na sua balança comercial, vamos aniquilar o déficit do balanço de pagamentos. Com isso, teremos taxa de crescimento compatível com nossas necessidades sociais.

Precisamos crescer no mínimo 5%, 6% ao ano para poder gerar inclusão social, empregabilidade.



Solicitamos de todos compreensão técnica e política para que parte desses recursos determine a alavancada substancial no fundo de financiamento da exportação.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Vai-se passar ao

V - GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

S.Exa. dispõe de 25 minutos.



O SR. PAULO PAIM (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria — sempre tenho agido assim nesta Casa — de usar a tribuna pelo tempo que me for possível para falar de questões que entendo importantes para os trabalhadores e aposentados.

Hoje a revista **Veja**, em reportagem de página inteira, mostra o quanto é forte a discriminação contra os negros neste País.

O projeto que está na Ordem do Dia, em regime de urgência constitucional, é de autoria deste Parlamentar, embora a revista **Veja** não afirme isso. A reportagem, de página inteira, mostra uma série de artistas, mas não admite que o projeto do Estatuto da Igualdade Racial — está em debate numa Comissão Especial — é deste Parlamentar.

É igualmente de autoria deste Parlamentar o Estatuto do Idoso, pronto para ser votado pelo Plenário desta Casa, com 123 artigos, o que vai garantir plena cidadania aos idosos.

Na oportunidade, cumprimento o jornal **O Estado de S. Paulo** por matéria hoje publicada, na qual deixa clara a importância do debate sobre igualdade racial.

Cumprimento, outrossim, a comunidade B'nai B'rith do Brasil por ter-me concedido ontem prêmio pela luta travada por este Parlamentar na defesa dos discriminados, dos assalariados, do homem e da mulher que, de uma forma ou de outra, acabam excluídos no País.

Sr. Presidente, quero agradecer à Casa, a toda a sua equipe que me trouxe — e mostro a V.Exa. e a este Plenário — o livro de assinatura dos Constituintes de 1988. Esse livro de 1988, fornecido pela Casa — está nos Anais da Câmara dos Deputados —, demonstra que o Deputado Paulo Paim, nota dez pelo DIAP, assinou



o livro, sim, e é um dos autores, juntamente com os Srs. Mário Covas, Ulysses Guimarães e Florestan Fernandes, do que está escrito na Carta Magna, principalmente no art. 7º da Constituição.

Sr. Presidente, faço essa comprovação porque inúmeros foram aqueles que disseram que o Deputado Paulo Paim não havia assinado a Constituição. Por isso era fácil para ele agir assim.

Tenho recebido milhares de artigos, **e-mails** e telegramas cumprimentando-me, porque ficou muito claro que, com aquele gesto, eu estava defendendo a Carta Magna, o art. 7º, Capítulo II, Dos Direitos Sociais.

Portanto, o documento que estou apresentando a esta Casa consta dos Anais do Congresso Nacional. Não é uma Constituição do Paulo Paim. E aqui, se quiserem, Sr. Presidente, eu vou folhear todo o livro para mostrar minha assinatura, que não deixa dúvidas ao Deputado Paulo Paim. Aqui está a minha assinatura na Constituição, juntamente com a de tantos outros que aqui não mais se encontram.

No momento em que faço a defesa da Constituição, demonstro minha assinatura no livro, que é patrimônio desta Casa, do qual eu me sinto muito orgulhoso e feliz de tê-lo assinado. E confesso isso quando o ex-Presidente desta Casa, Ibsen Pinheiro, no programa **Sala de Redação**, da **Rádio Gaúcha**, de Porto Alegre, disse: "Deputado Paulo Paim não precisa de defesa; mas para cassá-lo, primeiro cassem 512." Palavras do Deputado Ibsen Pinheiro a toda a equipe da **Sala de Redação**, a quem, neste momento, cumprimento. É claro, Sr. Presidente, que o ex-Deputado Ibsen Pinheiro fez isso de forma simbólica, e não é por aí o caminho. Sinto-me bastante tranqüilo ao ouvir esse depoimento, assim como o do Presidente do Supremo Tribunal Federal.



Ao fazer este depoimento, Sr. Presidente, vou encaminhar ao Departamento de Taquigrafia cópia deste livro, que demonstra a caminhada deste Parlamentar por esta Casa.

Sr. Presidente, sinto-me muito tranqüilo ao fazer essa comprovação. Podem dizer o que quiserem deste Parlamentar, mas terão também de dizer que foram 586 projetos apresentados, dezenas aprovados e já no Senado, autor do Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto do Idoso, do Estatuto do Deficiente Físico e de tantas outras propostas por mim defendida e, felizmente, aprovada, como os 147%, o salário mínimo equivalente a cem dólares.

Talvez para muitos, quem sabe, houve quebra de decoro parlamentar o dia em que fiz greve de fome neste plenário e consegui elevar o valor do salário mínimo. Talvez muitos consideraram quebra de decoro parlamentar o dia em que eu aqui, de joelhos, fiz uma prece em defesa do salário mínimo, e esta Casa conseguiu aprová-lo.

Para muitos, Sr. Presidente, talvez seja triste admitir que, quando faço a defesa da Constituição e da CLT, eu o faço com amor, com paixão, com carinho.

Senti-me plenamente feliz quando deste plenário disse o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que não é do meu partido nem tem a mesma visão ideológica: "Feliz desta Casa que tem homens que, de forma apaixonada, defendem suas idéias e nelas acreditam cada vez que sobem à tribuna para defender seu ponto de vista."

Sr. Presidente, em nenhum momento quis ferir a Carta Magna que eu, repito, ajudei a escrever. Está a prova no livro, que eu considero a Bíblia desta Casa.

Não quero entrar no campo do auto-elogio, mas gostaria de rapidamente citar alguns **e-mails** que recebi: Paim, não fique triste, lembre-se do gesto que Moisés fez



quando ficou quarenta dias, depois desceu e seus fiéis estavam adorando a um bezerro. E ele quebrou a Tábua dos Dez Mandamentos como protesto. Outro: Paim, peça a alguém que leia o que Jesus fez no momento em que Ele viu o que os comerciantes estavam fazendo no templo sagrado.

Há outro aqui, Sr. Presidente, que fala da caminhada histórica dos trabalhadores e de quantos tombaram para que esta Carta fosse escrita. São milhares de **e-mails**, vindos de todos os Estados.

Sr. Presidente, recebi, da mesma forma, algumas cartas. Uma delas, muito bonita, é do Deputado Walter Pinheiro, em nome da nossa bancada, e outra daqueles que conhecem minha luta pelos direitos humanos.

Quero deixar consignada também a posição do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio, que, de forma muito clara, em vez de fazer uma defesa deste Parlamentar, demonstra que o meu gesto foi simbólico em defesa da Carta Magna e também da CLT.

Cito ainda artigo do articulista Elio Gaspari, intitulado “A quebra da CLT é impostura”, e entrevista publicada no jornal **O Globo**, intitulada “O projeto é impróprio e inoportuno”, em que um dos criadores da CLT, Arnaldo Sussekind, defende a CLT e a Constituição.

Hoje à tarde, recebi documento intitulado “Rasgar para que não rasguem!”, de autoria de Frei Irineu Costella, pároco da Igreja Santo Antônio do Partenon. No documento ele diz:

O Deputado gaúcho Paulo Paim rasgou a Constituição e a atirou contra um colega, porque a aprovação do projeto de lei de flexibilização da



Consolidação das Leis do Trabalho seria rasgar a CLT e a Constituição. O brilhante Deputado não precisa de defesa.

Necessário é tirar o véu para que se possa ver o que oculta. O véu tenta ser mantido quando se critica o ato do Parlamentar: rasgar o livro. Este é um ato segundo. O ato primeiro, rasgar a Constituição, era a disposição dos que pretendiam aprovar o projeto. O Deputado, com seu gesto inesperado, tentou chamar a atenção da consciência adormecida. Dormiam seu sono imerecido, por não ter trabalhado pelo povo...

Na parte final, diz:

Paulo rasgou o livro, não a Constituição. Rasgou a letra morta, desrespeitada, tripudiada. A lei menosprezada. Rasgou a afronta à Carta Magna. Desnudou a intenção dos que protegem a integralidade do livro para transgredi-lo deliberadamente, conscientemente e impunemente.

Sr. Presidente, há muito mais. Há também os artigos intitulados "A CLT e os acordos coletivos", em que Fernando Vieira faz uma crítica; "Calendário alterado", de Fernando Rodrigues; "Palavras que não dizem", de Janio de Freitas, criticando o que está acontecendo. Elio Gaspari faz dura crítica à tentativa de afronta à CLT em carta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Há o artigo da amiga Miriam Leitão, intitulado "Por que luta?", e o de João Sayad, "Doce menor"; de Elio Gaspari, "From



Castello to Fernando”; e, finalmente, de Gabriela Wolthers, intitulado “Menos leis e mais respeito”.

Sr. Presidente, dizem que naquela terça-feira eu fiz um **show** ao rasgar a Constituição. Este livro que tenho em mão demonstra o carinho que dedico à Carta Magna. Nele está minha assinatura, e quero que todos a respeitem. Não fiz **show** algum, Sr. Presidente. Não se tratou de gesto combinado, preparado. Foi um gesto simbólico, com o único objetivo de sensibilizar os Parlamentares para não aprovarem aquele texto. Com a aprovação daquele projeto, todas as leis derivadas da Constituição serão inutilizadas, particularmente os mais de mil artigos da CLT. Esse foi o objetivo do meu gesto.

Estou feliz porque o povo brasileiro entendeu o meu gesto. Dizem que fui contundente. Fui contundente, sim. Porém, **show** é o que irão fazer na Granja do Torto, terça-feira ou quarta-feira, depois de retirarem os direitos dos trabalhadores.

O Governo tem de ter humildade e entender que já perdeu a batalha. Os prazos regimentais terminaram. Mesmo que a matéria seja aprovada na terça-feira ou quarta-feira, segundo a própria Constituição, o Senado disporá de 45 dias, não incluindo o recesso, para debater o assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente do Senado e o Presidente da Comissão de Justiça, Senador Bernardo Cabral, já disseram que vão cumprir os prazos. Tendo em vista que esta Casa voltará a trabalhar no dia 15 de fevereiro, a matéria só será votada em março ou abril do ano que vem, em pleno processo eleitoral.

O Governo quer uma vitória de Pirro, quer dizer, conseguiu derrotar os trabalhadores, os aposentados, os servidores. Quer desgastar a sua base, que vai



ter de explicar, no processo eleitoral, por que votou contra o décimo terceiro salário, as férias, as horas extras, os adicionais e insalubridade e de periculosidade. Vale a pena, Sr. Presidente, a vitória de Pirro? Vale a pena acusar este Parlamentar? Não faço carreira no Parlamento.

Àqueles que quiserem me afastar daqui ou calar a minha voz na tribuna, digo que estarei na ruas e nas fábricas conversando com o povo com a mesma tranqüilidade com que cheguei a esta Casa há dezesseis anos. Não vão conseguir calar a minha voz. Àqueles que tiverem a iniciativa de me processar, digo que nunca processei ninguém. Quando ameaçaram matar Parlamentares neste plenário, não processei. Quando, numa reunião da bancada gaúcha, disseram que dariam um carro para cada Deputado gaúcho que votasse em certa pessoa, não processei. Mesmo quando disseram que usavam dinheiro público de forma indevida para construir numa fazenda, não processei. A justiça está aí, ela tarda mas não falha.

Estou muito tranqüilo com minha postura neste Parlamento. Minha história durante esses quinze anos demonstra a minha caminhada. Perguntaram-me quantos advogados vou contratar. Não vou contratar nenhum, Sr. Presidente. Vou submeter-me às regras da Casa com o mesmo orgulho com que aqui cheguei há muitos anos. Estou consciente de que sempre cumpri meu dever para com o País e principalmente para com o povo brasileiro. Por isso a minha tranqüilidade, muita tranqüilidade.

Perguntaram-me se não vou processar o Deputado Ricardo Izar, que desta tribuna disse que, de fato, num momento de irritação, havia me ofendido, motivo pelo qual eu havia reagido. Não vou processar S.Exa. porque entendo que foi um momento tenso o que vivemos no plenário desta Casa, sob o calor das emoções.



Cada um defendia suas convicções. Não vou processar S.Exa. como não vou processar qualquer outro Deputado que me tenha ofendido, porque não é essa a minha forma de agir. Gosto do bom debate, aquele que se dá no campo das idéias e das propostas, no qual cada um defende com convicção e clareza o que acredita.

Gostaria de finalizar dizendo que assinei a Carta, que a assinaria novamente e que vou lutar muito para que ela não seja desrespeitada.

Sr. Presidente, este livro, no qual está a minha assinatura, é testemunha. E este não é um livro do Paulo Paim, mas da Câmara dos Deputados.

Gostaria de perguntar àqueles que alegam que nada vai mudar: se nada vai mudar, por que tanta luta para aprovar dispositivo que coloca o acordo coletivo acima da lei? Quem tem força para impor é o capital, não é o trabalho. Podem me criticar, mas estou aqui para defender o salário mínimo, o trabalhador, os aposentados, os discriminados. E não vou mudar minha postura.

Sr. Presidente, somos na Casa oito ou nove Deputados negros. Lembro a luta para aprovar o projeto que diz respeito aos negros. Como dizia hoje no **Bom dia Brasil** o Secretário de Trabalho de São Paulo, Walter Barelli, do PSDB, daqui a pouco vão querer revogar a Lei Áurea. Vão dizer que será bom para nós. E se não ficarmos sentadinhos, quietinhos, caladinhos, só ouvindo, vão dizer que somos intolerantes.

Intolerantes são os que não respeitam os trabalhadores, as donas de casa, o nosso povo sofrido. Intolerantes são os que desprezam a dura realidade de mais de 50 milhões de pessoas que vivem em estado de miséria absoluta. Intolerantes são os que nos querem ver mudos, quietos, compactuando com tudo.



Não posso fazer isso, Sr. Presidente. Podem me ameaçar uma, duas, três, dez vezes. Sei que se estão reunindo para ver como pegar este Deputado que está desafiando parte da elite. Mas não me assustam.

Estarei aqui, permanentemente, defendendo aquilo em que acredito. Aos que faltam com a verdade, aviso que já tenho dados em meu gabinete, principalmente das companhias aéreas, setor onde vai começar a ser aplicada a nova lei, ou seja, onde primeiro serão suprimidos os direitos dos trabalhadores.

Dizia-me um comandante de vôo — declinarei o seu nome oportunamente — que na sua empresa já começaram a contratar pessoas com a denominação de estagiários, aos quais pagam 900 reais para aprender o trabalho dos empregados que serão por eles substituídos, recebendo por hora trabalhada um terço do que percebem hoje esses profissionais.

Sr. Presidente, ontem, quando estive em São Paulo para receber um prêmio pela minha atuação no campo dos direitos humanos, prestava-se homenagem à memória dos bombeiros covardemente assassinados naquele ato terrorista ocorrido nos Estados Unidos. A simbologia daquele evento mostrava a minha posição.

Apesar dos seus problemas, as companhias aéreas não têm direito de fazer **lobby** nesta Casa, nem as montadoras, em favor de projetos com que se pretende retirar conquistas dos trabalhadores.

Então, não me digam que nada vai acontecer. Vai, sim, Sr. Presidente. Os trabalhadores perderão o décimo terceiro salário. De acordo com o projeto, o décimo terceiro salário será parcelado em doze vezes. Depois será incorporado ao salário e desaparecerá. Não é isto que está na Carta Magna! Não é isto que está neste livro que assinei, um documento da Casa! Com relação às férias, Sr. Presidente, o



raciocínio é o mesmo, o valor será incorporado ao salário. Quando o trabalhador for contratado, no seu salário já estarão inseridos o décimo terceiro salário, as férias e as horas extras.

Sr. Presidente, estive em uma plenária, no Rio Grande do Sul, com a presença de cerca de setecentas pessoas e, a exemplo do que fiz neste plenário, perguntei quem, na tal livre negociação, paga o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço a sua empregada doméstica. Como aqui, ninguém levantou a mão, Sr. Presidente.

Nem os Ministros pagam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço a suas empregadas domésticas. Só pagam o que a lei determina.

Eu dizia que essa medida provisória, que se transformou em lei, era uma farsa, que empregada doméstica nenhuma sonhasse que receberia o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Esta é a realidade!

Dizer que a lei não é necessária e querer punir este Deputado porque disse que a lei é importante e que não dá para acreditar nessa história do valor/hora é lamentável! Alguém me disse que nos Estados Unidos o valor/hora é um contrato feito entre as partes: hora trabalhada, hora paga. Só que não dizem que lá o salário mínimo é de mais ou menos 4 mil reais.

Sr. Presidente, com essa convicção, estou muito tranquilo.

O Governo já perdeu essa batalha. Não quer ouvir nem quer ver. Não há mais prazo regimental. Ainda que votemos a matéria na Câmara dos Deputados, não haverá prazo para fazê-lo no Senado Federal, porque o recesso iniciará no dia 15 de dezembro. E não se esqueçam de que o Senado Federal será renovado em dois



terços dos Parlamentares e de que, naquela Casa, somando os Senadores do PMDB, somos maioria.

Sr. Presidente, passarei às mãos de V.Exa. cópia deste livro, para que não haja mais dúvida. Todos poderão verificar — articulistas, jornalistas — que minha assinatura está aqui, repito, juntamente com a de Ulysses Guimarães, Florestan Fernandes, Mário Covas, Mendes Ribeiro — falecido, do meu Estado —, Ibsen Pinheiro, ex-Presidente desta Casa. O Deputado Mauro Benevides, aqui presente, foi o segundo signatário. Poderia citar ainda o nome de outros Deputados. Fiz questão de pegar a primeira página, a que assino e as finais, para que não haja nenhuma dúvida.

O Sr. Mauro Benevides – Deputado Paulo Paim, permite-me V.Exa. um aparte para fazer um esclarecimento histórico?

O SR. PAULO PAIM – Pois não, Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides – Deputado Paulo Paim, como V.Exa. sabe, a primeira assinatura foi do homem responsável pela reconstrução do Estado Democrático de Direito. Naquela ocasião eu era 1º Vice-Presidente da Constituinte, portanto, tive o privilégio de ser o segundo signatário da chamada Carta Cidadã, na qual estão consubstanciados todos os anseios ligados aos mais variados segmentos da comunidade brasileira. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM – Parabéns, Deputado Mauro Benevides.

Sr. Presidente, encaminho a V.Exa. cópia deste livro para que Parlamentares, articulistas e jornalistas desinformados não digam que o Deputado que fez o gesto simbólico não assinou a Constituição de 1988.



Mas nem por isso vou processar ninguém, pois entendo que foi um equívoco de alguns Líderes neste plenário e de um ou outro articulista ou comentarista de rádio e televisão.

Sr. Presidente, não vou acusar ninguém, nem preciso me defender. Apenas aponto os fatos; a história há de mostrar um dia quem está errado e quem está certo. Estou muito tranquilo.

Agradeço a compreensão de grande parte da imprensa brasileira, 90% dela, que tem conversado comigo e demonstra compreender meu gesto. Infelizmente alguns não querem entender minha atitude, como o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Tenho o maior respeito pela imprensa brasileira, até mesmo por aqueles que me criticam. É legítimo concordar e também discordar. Mas entendam, por favor, que minha reação teve fortes motivos. Fui agredido por dois Parlamentares com palavras de baixo calão, por isso eu disse a um deles: “Sr. Deputado, V.Exa. não é débil mental nem eu sou.”

Seria importante dizerem que minha reação foi proporcional à ofensa que sofri, na cor da minha pele e na história da minha mãe. Tenho 51 anos; não sou um moleque, portanto. Duvido que um único cidadão neste País não reagisse com a mesma intensidade, se sofresse a mesma agressão.

Sr. Presidente, entrego à Mesa o livro onde está inscrita minha assinatura à Constituição, junto com documento que registra meus passos nesta Casa.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Nobre Deputado Paulo Paim, recebo com muito prazer o livro que V.Exa. encaminha, mas quero informá-lo de que



pago a todos os meus empregados o décimo terceiro salário e de que recolho o Fundo de Garantia.

O SR. PAULO PAIM – Parabéns a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Mauro Benevides, do PMDB do Ceará.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde 1997, por iniciativa do Deputado Paulo Paim, foi apresentado à consideração do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.561, o Estatuto do Idoso, matéria que interessa de perto aos mais variados segmentos sociais.

A 22 de novembro, no Espaço Cultural Zumbi dos Palmares, teve lugar movimentado seminário, co-patrocinado pela Terceira Secretaria da Câmara; pela Comissão de Direitos Humanos; pela Comissão Especial do Estatuto do Idoso, presidida pelo Deputado Eduardo Barbosa; pelo autor da proposição, Deputado Paulo Paim; e pelo autor de iniciativa correlata, o Deputado Fernando Coruja.

Os painéis então organizados contaram com a participação de estudiosos dessa temática, tendo funcionado no primeiro evento como moderador o Deputado Nelson Pellegrino.

No segundo painel, foi eleito como tema para abordagem central “A Importância da Votação do Projeto de Lei do Estatuto do Idoso”, com discussões nas quais intervieram os Deputados Eduardo Barbosa, Silas Brasileiro, Paulo Paim, Fernando Coruja e Padre Roque — este último na condição de partícipe-moderador.

Ao substitutivo, afinal elaborado, foram feitas algumas sugestões, passíveis de deliberação por parte dos Plenários desta e da outra Casa do nosso Parlamento.

Entendendo a magnitude do debate, recebi lúcida colaboração pertinente a um realce maior da questão educacional, consubstanciada em alguns artigos, que merecerão detido exame do nobre Relator, nosso colega Silas Brasileiro, e do



próprio autor da redação original, Deputado Paulo Paim, que, para nossa honra, advertido de que trataríamos hoje deste assunto, faz-se aqui presente, a fim de trazer sua colaboração, seu concurso, enfim, os devidos esclarecimentos, já que entende aprofundadamente do objeto de sua iniciativa.

Sr. Presidente, apresentarei as sugestões na forma de emenda modificativa, que farei chegar à Secretaria-Geral da Mesa.

Eis a íntegra das oportunas sugestões:

Capítulo V

Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Art. 23. Cabe ao Poder Público a responsabilidade de criar oportunidades de programas educacionais, adequando currículos, metodologias e material didático às necessidades e interesses biopsíquicos do cidadão idoso.

Art. 24. Os cursos para idosos, em todos os níveis de educação formal, devem incluir conteúdos e seguir os avanços tecnológicos, desde que as prioridades não conflitem com os valores humanos.

Art. 25. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino, os conteúdos devem ser voltados para o processo do envelhecimento e o respeito, a dignidade e a valorização do idoso, com o objetivo de eliminar preconceitos sociais e autopreconceito, uma vez que não existe o velho, existe o homem.



Art. 26. Os núcleos de educação continuada, de assuntos comunitários ou de extensão, como também os centros de convivência para a terceira idade, deverão ser estruturados segundo as necessidades comunitárias locais.

Art. 27. Os meios de comunicação disponíveis para cada clientela de idosos assegurarão informações e indicações para estimular a sua participação em eventos literários, artísticos, religiosos e esportivos que estimulem a criatividade intelectual, artística, espiritual e o bem-estar físico do cidadão idoso.

Art. 28. O Poder Público apoiará cursos de nível superior que incluirão, em seus currículos, disciplinas voltadas para o ensino e para técnicas, atendendo aos problemas coletivos e pessoais do idoso, criando a universidade da terceira idade e incentivando publicações de padrão editorial adequado a essa faixa etária.

Justificativa.

A Educação é a base de apoio para o melhor desenvolvimento do processo de envelhecimento.

Dentro de tal diretriz, obter-se-á um aprimorado nível de qualidade de vida do Cidadão Idoso.

Ressalte-se que na educação se processa o inter-relacionamento entre as gerações, não adiantando,



portanto, principiar-se apenas na adolescência e na maturidade.

Há pesquisa recente que se está divulgando, com ênfase, internacionalmente, segundo a qual se insiste na presença do idoso nas escolas.

Mencione-se que o título da pesquisa denominada “Reminiscência” é da lavra da Dra. Elza Maria de Sousa, presentemente na Inglaterra, aprofundando estudos populacionais sobre essa abordagem palpitante.

Acrescente-se a tudo isso que, no ensino e na melhor técnica pedagógica, o idoso assimilará a necessidade da prevenção de seu bom estado de saúde, através de processualísticas científicas modernas.

Além disso, em revistas e demais publicações, o idoso compreenderá a necessidade do exercício físico, no esporte, no lazer, abrindo espaço à sua criatividade, diante de uma experiência adquirida ao longo dos anos de suas atividades profissionais, e, para a mulher, em sua vivência doméstica, como partícipe da formação do cidadão brasileiro.

É essa, Sr. Presidente, a justificativa de todas as sugestões que apresentei ao Capítulo V do projeto de autoria do nobre Deputado Paulo Paim, a quem, com muita honra, concedo um aparte.



O Sr. Paulo Paim - Nobre Deputado Mauro Benevides, sempre digo que há homens e homens, líderes e líderes. Para mim, V.Exa. é um homem e um líder, pois, no momento em que, infelizmente, este Deputado é atacado por um setor minoritário, V.Exa. ocupa a tribuna e faz comentários sobre meu trabalho. Tive muito orgulho de dividir com V.Exa., ano passado, o título de Deputados que mais usaram a tribuna para defender seus pontos de vista. Lembro-me de que produzimos, juntos, uma nota sobre esse trabalho, dividido por nós nesta Casa, a qual encaminhei ao meu Estado. Sei que V.Exa. também a encaminhou ao seu Estado, onde realiza grande trabalho. Deputado, muito mais do que isso, quero cumprimentá-lo pelo seu acompanhamento do Estatuto do Idoso. Graças a homens como V.Exa., o Presidente Eduardo Barbosa e o Deputado Silas Brasileiro, do seu partido, como Relator, conseguimos construir essa peça. As emendas que ora V.Exa. apresenta vêm melhorar o conteúdo desse projeto, que já possui 123 artigos e quer garantir a cidadania plena ao idoso. Fico muito feliz com seu pronunciamento. Pela manhã, conversamos sobre o capítulo da Previdência Social, e V.Exa. disse: "Não, Paim, é importante, porque vamos assegurar ao aposentado voltar a receber o número de salários mínimos que recebia na época em que se aposentou". A partir desse capítulo, V.Exa. repetiu que o aposentado não poderia, daqui para a frente, receber índice menor que o mínimo. Ainda ali inserimos artigo dizendo que todo cidadão, com mais de 65 anos, que não pôde contribuir para a Previdência, ou mesmo o deficiente, terá direito, pelo menos, a um salário mínimo. Dialogamos muito sobre esse assunto. Por isso V.Exa. tem autoridade de vir à tribuna trazer novas emendas, porque sei que conversou com a sociedade. Isso é bom, isso é Parlamento, isso é democracia. Estou feliz, Deputado Mauro Benevides. A Casa não está lotada, mas



não importa. Estou ouvindo um homem da grandeza de V.Exa. Parabéns! Estou muito contente de poder aparteá-lo neste momento.

O SR. MAURO BENEVIDES – Muito grato a V.Exa., nobre Deputado Paulo Paim, porque, no instante em que formulo sugestões que poderão significar contribuição para o melhor entendimento do Estatuto do Idoso, V.Exa. faz questão de permanecer neste Plenário para trazer-me, autor que é da iniciativa, estímulo e incentivo, a fim de que busquemos — V.Exa., eu e os nossos 511 colegas — aquilo que possa significar um estatuto à altura das aspirações da população brasileira.

Se V.Exa. se recorda da nossa participação, decidida e fraterna, na luta em favor da unificação do salário mínimo em todo o País, sou obrigado a também testemunhar que quando inserimos esse artigo na Carta Magna brasileira — aquela mesma Carta cujo exemplar histórico V.Exa. acaba de entregar ao Presidente Themístocles Sampaio —, V.Exa., que foi um dos subscritores da emenda, chegou mesmo a indagar-me, em 1987, por que eu pretendia erigir à condição de norma constitucional explícita o que a lei ordinária já garantia e que vinha sendo cumprido desde o Governo João Baptista Figueiredo. Refiro-me à unificação do salário mínimo, que permitiu aos trabalhadores do Norte e do Nordeste ter a mesma remuneração atribuída aos do Sul e do Sudeste. Recordo esse fato para projetar seu trabalho em favor dos trabalhadores.

Quando, excepcionalmente, um incidente pontual é registrado com V.Exa. ou com qualquer outro companheiro, isso jamais pode deslustrar uma tradição de tantos anos marcada pela defesa de causas justas em favor do povo brasileiro.

No momento em que discutimos tema relacionado com o Estatuto do Idoso, o qual, em 1997, V.Exa. entendeu submetê-lo à consideração de seus pares, não me



dispensaria de fazer essa referência que guarda vínculo com a própria história desta Casa. Constituintes que fomos — eu, Senador da República, e V.Exa., Deputado pelo Rio Grande do Sul —, somamos esforços para garantir uma pretensão que interessava diretamente aos trabalhadores do Norte e do Nordeste do País .

O Sr. Paulo Paim – Meus cumprimentos, nobre Deputado Mauro Benevides. V.Exa. foi autor do artigo fundamental que diz ter de ser o salário mínimo unificado em âmbito nacional. Debates com esta Casa e perdemos. Isso é democracia. Quando foi criado o piso nos Estados, seria um afronta a sua emenda principal. Mas como só dois Estados o criaram, continuaremos brigando em defesa da emenda, da qual V.Exa. é o autor principal, ao art. 7º da Constituição Federal. A sociedade tem de saber isso. V.Exa. não é do meu partido, mas é autor principal do artigo que trata do salário mínimo, no sentido de atender às necessidades básicas dos trabalhadores e de sua família, além de ser unificado em âmbito nacional. Fiquei muito feliz de assinar junto com V.Exa.

O SR. MAURO BENEVIDES – Muito grato, nobre Deputado Paulo Paim. V.Exa. se lembra de que, quando o Governo Federal pretendeu nulificar aquela conquista por uma medida provisória caracterizadamente anticonstitucional, V.Exa., eu e alguns outros bravos companheiros tivemos coragem de mostrar a evidência do que poderia representar o descumprimento do art. 7º da lei fundamental brasileira.

Também sob esse aspecto, a atuação de V.Exa. foi marcante e somou forças às energias que então despendemos para garantir a manutenção de um princípio constitucional que a medida provisória pretendia, equivocadamente, alterar por iniciativa do Sr. Presidente da República.



Sr. Presidente, relembro que, no seminário referente ao Estatuto do Idoso, realizado no auditório do Espaço Cultural Zumbi dos Palmares, no primeiro painel, foi abordado o tema “A Função do Estatuto do Idoso na Sociedade”.

Participaram desse painel com atuação saliente Jurilza Maria Barros de Mendonça, Consultora Técnica da Comissão de Direitos Humanos; João Resende Lima, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas — COBAP; Domingos Travesso, Presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados — MOSAP; Luiz Gonzaga de Araújo, assessor de políticas sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG; Elizabete Viana de Freitas, Presidenta da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia; Serafim Fortes Paz, Presidente da Associação Nacional de Gerontologia; Deputada Tânia Rodrigues, Relatora da CPI do Idoso na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Na ocasião, funcionava como moderador nosso colega Deputado Nelson Pellegrino.

Já no segundo painel, ao qual não tive o privilégio de comparecer por razões ponderáveis, discutiu-se o tema “A Importância da Votação do Projeto de Lei do Estatuto do Idoso”. Essa discussão era comandada pelos colegas Deputados Eduardo Barbosa, Silas Brasileiro, Paulo Paim e Fernando Coruja, sendo moderador dos debates o nobre Deputado Padre Roque.

Sr. Presidente, com a emenda que encaminharei a V.Exa. logo mais, pretendo alterar o Capítulo da Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Estatuto, na forma como concebera o nobre Deputado Paulo Paim.

O art. 23 da proposta — e esse confronto de textos será inevitável entre a emenda que apresento e o original aprovado no âmbito da Comissão Especial —



prevê que o idoso tem direito à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, a diversões, a espetáculos, a produtos e a serviços que respeitam sua peculiar condição de idade. E os demais artigos — 24, 25, 26, 27 e 28 — têm essa mesma característica de elaboração.

Em Brasília, um órgão da UnB denominado NEPTI, dirigido pelas Profas. Regina Moreira e Maria Laís, estudioso dos problemas do idoso, ofereceu-me as sugestões que agora pretendo viabilizar através de emenda a ser encaminhada ao exame da Secretaria da Mesa.

Ora, Sr. Presidente, sabe V.Exa. que já nos encontramos no dia 3 de dezembro, bem próximo do término da Sessão Legislativa de 2001, e o Estatuto do Idoso teria de ser apreciado nos próximos dias pelo Plenário da Casa. Ao que se sabe, o nobre Presidente Aécio Neves estaria elaborando o rol das proposições que seriam submetidas a debate até o final deste ano de trabalhos nesta Casa a que temos a honra de pertencer. Sabe V.Exa. que há um acervo enorme de proposições importantes para se apreciar. Apelo para S.Exa. no sentido de que inclua o Estatuto do Idoso entre as matérias que deverão ser votadas pelos Srs. Deputados até o final da presente Sessão Legislativa.

Embora outras matérias de igual relevância estejam previstas para discussão e votação neste plenário, não posso deixar de solicitar ao Presidente Aécio Neves que homenageie os idosos brasileiros fazendo com que a Câmara dos Deputados aprove o Estatuto do Idoso, a fim de que seja enviado ao Senado Federal, o qual já tive a honra de presidir; e que lá os Srs. Senadores o examinem no tempo que for necessário e ofereçam aos idosos do País documento em condições de assimilar as aspirações, os anseios e as postulações justas e legítimas do idoso brasileiro.



Não tem sentido, Sr. Presidente, após quatro anos da apresentação do projeto, permanecermos sem deliberar sobre matéria de marcante significação para tão importante segmento da população brasileira.

O próprio Presidente da Comissão Especial, Deputado Eduardo Barbosa, assegurou ao Presidente da Casa que o texto definitivo seria elaborado sem mais tardança e, conseqüentemente, estaria em condições de ser submetido à deliberação dos Srs. Deputados.

Portanto, no momento em que formalizo esse registro, sugerindo emenda ao texto elaborado pela Comissão Especial, permito-me transmitir ao Presidente Aécio Neves a sugestão para que, até o dia 15 de dezembro, término da presente Sessão Legislativa, tenhamos condições de fazer com que o Plenário se manifeste em torno dessa proposição e ela siga para exame dos Srs. Senadores.

Tenho certeza de que, pela sua magnitude, importância e relevância — esse tema vem sendo discutido nas diversas entidades, nas próprias universidades —, teremos condição de aprovar o Estatuto do Idoso ainda na presente Sessão Legislativa na Câmara e, em seguida, no Senado Federal.

É esse o apelo que, na apresentação da emenda, encaminharei à Secretaria-Geral da Mesa. Espero que o Presidente desta Casa, Deputado Aécio Neves, naturalmente depois de ouvir a Comissão Especial, diligencie para que o Estatuto do Idoso seja votado ainda este ano pela Câmara dos Deputados.

O Sr. Themístocles Sampaio, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



VI - PROPOSIÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Os Srs. Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SENHORES:



O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Vai-se passar ao horário de

VII - COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Tem a palavra o nobre Deputado Themístocles Sampaio. S.Exa. me convocou para substituí-lo na Presidência, a fim de pontificar na tribuna como uma das figuras mais respeitáveis desta Casa.



O SR. THEMÍSTOCLES SAMPAIO (PMDB-PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Mauro Benevides, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros que me ouvem, assomo à tribuna desta Casa para fazer uma reclamação de muito valor, em defesa dos pequenos agricultores — e tenho em mão documentos, uma vez que gosto de provar o que afirmo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores ouvintes, existe no Brasil um instituto chamado IBAMA, que não sei para que serve. É o carrasco dos trabalhadores rurais e sequer leva informações ao homem do interior.

Funcionários do IBAMA vão de carro fiscalizar roças de pequenos agricultores — visto não existirem grandes agricultores no Piauí. Lá chegando, informam ao proprietário que o serviço deve ser suspenso sob alegação de ele ter extraído madeira e não ter pago ao Instituto. A propósito, a madeira da roça, para fazer cerca, é a unha-de-gato. O cidadão, além de ficar sem ter o que fazer, uma vez que está suspenso, recebe multa. Ele tem de recolher aos cofres do IBAMA, por ter ocupado terreno de 5 hectares, mil reais, mas a roça não vale nem 500 reais. Tenho cópia do auto de infração e do boleto bancário, os quais vou encaminhar à Mesa, para que se comprove o que estou dizendo. Trata-se de pequeno proprietário, talvez de 20 ou 30 hectares de terra. O IBAMA afirma que ele ocupou e desmatou 5 hectares.

Não sei se V.Exas. estão lembrados de que desta tribuna também denunciei o IBAMA por ter multado cartórios, bodegueiros, donos de oficinas mecânicas, verdadeira calamidade no meu Estado. As pessoas não sabiam mais o que fazer, porque os fiscais desse órgão chegavam e aplicavam as multas. Perguntados por que motivo, não sabiam explicar.



Empreendemos valiosa campanha para mostrar ao Ministro que não era possível trabalhar daquela maneira. Entretanto, se antes eram multados cartórios e oficinas, o que é aceitável, agora são pequenos lavradores! E por 5 hectares de terra, a multa é de mil reais. Está aqui, nobre Deputado Mauro Benevides, mil reais! Ora, esse valor para um trabalhador rural do Piauí, da minha distante Esperantina, perto do Parque Cachoeira do Urubu, significa muito dinheiro. Imagine V.Exa. que o povo se assombrou ao ver o carro dos fiscais.

Por outro lado, vejamos os gastos do pessoal do IBAMA: além da gasolina, os quatro ou cinco fiscais recebem diárias para atemorizar os pobres lavradores.

Sr. Presidente, apresentei denúncia ao órgão competente, a Comissão de Agricultura e Política Rural, e pedi a seu Presidente que tomasse as devidas providências. Hoje, denuncio da tribuna da Câmara Federal.

Sr. Presidente, o pequeno lavrador, que trabalha com a enxada, a foice, o machado, que não tem amparo governamental ou qualquer outro, sofre agora a proibição de plantar sua roça. Estou, neste momento, denunciando esses fatos à Nação e pedindo ao Ministro Sarney Filho, como homem do interior do Maranhão, onde a agricultura é rasteira, que retire esses fiscais dali, verdadeiros carrascos dos pequenos agricultores.

Naturalmente, eles pensam que nenhum Deputado vai denunciar à Nação e ao Ministério o que estão fazendo contra uma agricultura tão pequenina. Os agricultores exploram pequena parte da terra, poucos hectares, quase nada, a foice. Eles não fazem agricultura mecanizada porque não podem pagar tratores; eles têm de encarar a terra a enxada, a machado. O senhor sabe como são essas coisas.



Faço estas denúncias à Nação e ao Presidente da República, a quem peço apoio. Essa, sim, é a verdadeira calamidade que estão promovendo neste País. Ninguém pode mais comer. Como os nossos agricultores ou os do Estado do Ceará vão comer, se o IBAMA proíbe que eles trabalhem?! E acredito que isso está acontecendo no Brasil inteiro. Se eles vão ao Piauí, um dos Estados mais pobres da Federação; se eles vão ao Maranhão, Estado de origem do Ministro, isso deve acontecer no País todo.

Os senhores devem lembrar o que o IBAMA fez há pouco tempo, também objeto de denúncia: os fiscais iam a uma oficina mecânica e diziam que as atividades deveriam ser suspensas, que os trabalhadores não podiam trabalhar. Por quê? Porque o IBAMA não queria. Iam a um cartório, e acontecia a mesma coisa: os fiscais do IBAMA diziam que o cartório era ilegal. Ilegal por quê? Porque não estavam recolhendo para o IBAMA. Cartório deve recolher para o IBAMA?! E os restaurantes? Nem eles escapavam. Não poupavam ninguém: iam atrás até dos bodegueiros. O que têm os bodegueiros a ver com o IBAMA? Como a reação foi muito grande e o Ministro deve ter tomado alguma providência, eles acabaram com essa perseguição, mas agora se voltaram contra os agricultores.

Sr. Presidente, prometi aos agricultores do Piauí que faria essa denúncia na Casa para que a Nação e o Ministro Sarney Filho, que é do Maranhão, tomem conhecimento. Para comprová-la, trago documentos, os quais peço a V.Exa. sejam parte integrante do meu discurso, a fim de que o Presidente da Casa e toda a Nação saibam que o IBAMA é o carrasco dos pequenos lavradores. Solicito a V.Exa. que receba os documentos e lhes dê os trâmites legais.



O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Nobre Deputado Themístocles Sampaio, a Mesa recebe os documentos de que fala V.Exa. e procederá, nos termos regimentais, ao seu encaminhamento à Direção do IBAMA e ao Ministro do Meio Ambiente.

V.Exa. demonstra, mais uma vez, preocupação com seu Estado, sobretudo com as classes sociais menos favorecidas.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 252.3.51.O
Data: 03/12/01

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: Miranda

DOCUMENTOS CITADOS PELO DEPUTADO

THEMÍSTOCLES SAMPAIO



O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Deputado João Coser, pelo PT. S.Exa. é um dos membros mais atuantes da Comissão de Orçamento e tem lutado para que estejamos em condições de votar a Lei de Meios da União dentro do prazo constitucional.

O SR. JOÃO COSER (PT-ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Mauro Benevides; Sras. e Srs. Deputados, o Congresso Nacional, em particular a Câmara dos Deputados, encontra-se paralisado. O Orçamento Geral da União, com vários créditos para pagamento de pessoal, caminha a passos lentos em função da tramitação em regime de urgência constitucional do projeto de lei que altera a CLT. Isso significa uma excepcionalidade.

Lamentavelmente, se analisarmos o projeto com o devido cuidado, verificaremos que não traz nenhum benefício claro e objetivo à sociedade brasileira. Ele não gera empregos, não aumenta a arrecadação, não distribui a renda e, principalmente, não gera a tranquilidade necessária ao desenvolvimento do País.

Particpei ontem de debate no Estado do Espírito Santo, juntamente com o Deputado José Carlos Fonseca Jr., do PFL. Ouvida pela televisão, 75% da sociedade mostrou-se radicalmente contrária ao projeto. Isso se justifica porque, na prática, a legislação já prevê o mínimo. A CLT é fruto de dois movimentos: a organização dos trabalhadores e a pressão por ela exercida, e o Estado, que, tentando defender o mais fraco, criou uma legislação trabalhista. Na luta entre fortes e fracos é exatamente a lei o que garante a liberdade.

Ora, tirar do Congresso Nacional a competência de legislar sobre determinado direito do cidadão brasileiro — no caso em questão, o trabalhador brasileiro — e entregá-la às relações entre patrão e empregado seria, com certeza,



uma atitude indevida deste Congresso. Portanto, Sr. Presidente, gostaria de deixar registrada minha posição contrária a esse projeto de lei.

Hoje pela manhã havia nos corredores da Casa uma senhora ajoelhada. Brinquei com ela, dizendo: "A senhora deve ter pecado muito". Por estar de joelhos, achei que ela estivesse descansando. Ela me respondeu: "Estou rezando para ver se esse projeto não passa".

Difícilmente a flexibilização da CLT atingirá o bancário, o trabalhador mais organizado, como os metalúrgicos. Ela vai atingir o mais fraco, o trabalhador da limpeza, da construção civil, o vigilante. E o que pretendem tirar desse trabalhador? O direito a parte das férias, 13º salário, licença-maternidade e hora extra, que vale um pouco mais que a hora normal de trabalho.

Lamentavelmente, o Governo ameaça votar o projeto amanhã, na marra, buscando Deputados em casa se for necessário, apenas para atender a capricho do setor empresarial, que vai acumular mais riqueza em detrimento do País, que necessita de desenvolvimento. Nossa mensagem é de repúdio, de protesto e de muita tristeza.

O Governo tem ainda outros projetos além desse que acabam com direitos do trabalhador. Como não é permitido retirar da folha de pagamento os recursos que vão para o Estado, como INSS, parte do FGTS, PIS ou COFINS, pode-se mexer apenas na parte que beneficia o pobre trabalhador. Com certeza, o projeto tem o objetivo de aumentar a miséria no Brasil, a dificuldade dos trabalhadores e, infelizmente, enriquecer ainda mais o empresário.

Os que defendem a flexibilização pertencem à parcela mais atrasada do empresariado. Por que no final do ano, no mês de dezembro, as indústrias



produzem mais, o comércio vende mais e são gerados mais empregos? Porque os trabalhadores recebem o 13º salário, realizam negócios e levam o País para a frente. Se todos os trabalhadores recebessem, durante todo o ano, o dobro do salário, o País seria mais desenvolvido, haveria mais gente comprando, muito mais indústrias funcionando e muito mais empregos. Nosso desafio é fazer com que os salários melhorem e os trabalhadores sintam prazer em trabalhar, a fim de construirmos um país melhor.

Na minha avaliação, esse projeto é um desastre e burla norma constitucional. No Brasil, o princípio adotado é o de que, em primeiro lugar, está a Constituição; depois vem a lei e, por último, os contratos. Com esse projeto, estamos invertendo a ordem. Com ele, o contrato passa a ser superior à lei. Se hoje se quer atingir o trabalhador regido pela CLT, amanhã será para atingir as relações entre empregado e empregador. Se for firmado contrato que fira a lei entre dois cidadãos comuns ou entre uma empresa e um cidadão comum, podemos recorrer à Justiça. Dessa forma, automaticamente a legislação é garantida. Mas com a lei que se pretende aprovar, não teremos mais essa segurança.

Quero ainda dizer que somos a favor da imediata correção da tabela do Imposto de Renda. A não-correção implica sangria no bolso da classe média e classe média baixa.

Sr. Presidente, desejo fazer mais uma observação. É lamentável que o povo tenha tão pouca confiança no Governo. Os professores universitários, mesmo tendo feito acordo sobre seus salários com o Governo, disseram que somente voltarão ao trabalho quando o projeto em questão tiver sido aprovado pelo Congresso Nacional. Isso mostra o nível de desconfiança em relação ao Governo Federal.



Sr. Presidente, outra questão: infelizmente, não foi aprovado o refinanciamento das dívidas dos produtores rurais. Para piorar a situação, as chuvas também não estão colaborando com eles. Somente no Estado do Espírito Santo a água causou danos bastante significativos nas estradas, no campo e nas cidades, deixando muitas pessoas desabrigadas. Esperamos que o Governo Federal socorra imediatamente essas pessoas. Agora, sim, é preciso que se edite medida provisória com o objetivo de alocar recursos para atender a toda a população desabrigada, da mesma forma para resolver o problema das estradas destruídas e das pontes que caíram. Em nome do povo capixaba, reivindicamos esse apoio.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Para complementar o tempo a que tem direito o Partido dos Trabalhadores, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilson Mourão, que disporá de quatro minutos para seu pronunciamento.

O SR. NILSON MOURÃO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada, votou-se a matéria do Governo Federal relativa à flexibilização da CLT, que põe fim a direitos sociais duramente conquistados pelo povo brasileiro ao longo da história.

Foram realizadas três votações. Na primeira, simbólica, o Presidente informou ao Plenário que a matéria havia sido derrotada. A base do Governo pediu verificação de **quorum**, o que é direito assegurado por nosso Regimento Interno. Feita a verificação, o painel falhou, travou, não apresentou o resultado da votação. Foi feita, então, a votação nominal, na qual tive a honra e a satisfação de votar em nome dos trabalhadores acreanos pela rejeição da matéria. Imediatamente após o acontecimento, o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, determinou o lacre da sala de controle do painel e mandou fazer uma investigação. O jornal **Folha de S.Paulo**, na edição de sábado, diz que ontem a Câmara divulgou a lista com o resultado da votação eletrônica que foi anulada. Foram 255 votos a favor; 206 contra e uma abstenção. E publica, ao lado, o resultado fornecido pela Câmara dos Deputados.

O estranho é que na lista consta o nome do Deputado Marcelo Déda, que é Prefeito de Aracaju desde o dia 1º de janeiro do corrente ano.

Ora, Sr. Presidente, como um jornal da importância da **Folha de S.Paulo** divulga lista, dizendo que foi fornecida pela Câmara dos Deputados, apresentando



como votante o Deputado Marcelo Déda e nove votos para o Estado de Sergipe, que tem somente oito Deputados Federais?

Isso é muito preocupante. O Presidente da Casa, Deputado Aécio Neves, se tiver firmeza, se tiver integridade, terá de mandar fazer auditoria muito mais profunda do que a que foi feita pela UNICAMP. O fato é que esse painel está sob suspeição. Já houve o problema do painel do Senado Federal, que ocasionou grande crise, e agora há este, com o painel da Câmara dos Deputados. Não importa se a **Folha de S.Paulo** se equivocou.

A **Folha de S.Paulo** diz textualmente que se tratava da lista divulgada pela Câmara dos Deputados. Esta Casa não poderá votar nenhuma matéria enquanto o painel eletrônico não estiver funcionando de modo regular.

Sr. Presidente, a bancada de oposição espera que o Governo tome como um sinal dos deuses a falha ocorrida e retire de pauta essa matéria, que é controvertida e requer debate mais profundo com a sociedade brasileira. Não podemos permitir que direitos sociais dos trabalhadores, conquistados ao longo de tantos anos, sejam subtraídos desta forma. O Governo não pode empurrar goela abaixo do povo brasileiro projeto dessa natureza.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Nilson Mourão, o Sr. Mauro Benevides, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Themístocles Sampaio, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Concedo a palavra ao nobre Deputado João Almeida, pelo PSDB.

O SR. JOÃO ALMEIDA (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando vi subir à tribuna o ilustre representante do PT, imaginei que S.Exa.alaria ter a lista publicada pela **Folha de S.Paulo** apresentado erro referente ao voto do Deputado Clovis Ilgenfritz. Esse jornal já esclareceu que a publicação do nome do ilustre Prefeito de Aracaju, Marcelo Déda, foi uma falha. Não há nem o que discutir sobre a questão.

Quanto à atitude do Presidente em divulgar a lista, não há absolutamente o que condenar. Isso era necessário para evitar especulações e outras versões a seu respeito. Faz parte da investigação do ocorrido com o painel descobrir se a votação foi ou não registrada e, tendo sido registrada, como funcionou. Analisar o resultado dessa lista também faz parte das investigações.

Procedeu corretamente o ilustre Presidente desta Casa, antes que qualquer Líder partidário procurasse para si a autoria do feito. O painel estava lacrado e seria aberta sindicância para saber o que havia acontecido.

A cobrança do ilustre Deputado, embora do ponto de vista do mérito seja pertinente, não procede. Afinal, as providências estão sendo adequadamente tomadas.

O Sr. Nilson Mourão – Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. JOÃO ALMEIDA – Ouço, com prazer, V.Exa.

O Sr. Nilson Mourão – Deputado João Almeida, pela publicação do jornal **Folha de S.Paulo**, o Deputado Clovis Ilgenfritz votou “não”. Não estou discutindo se o Presidente da Casa deveria ter divulgado ou não a lista — divulgou-a —, mas a



imprensa tem mostrado listas diferentes. Na lista oficial publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, o Deputado Clovis Ilgenfritz realmente votou “não”. Se o Presidente tiver bom senso diante das controvertidas informações do referido jornal, o painel não pode funcionar. Não há condição de haver votação na Câmara dos Deputados, sob pena de suspeição.

O SR. JOÃO ALMEIDA – Deputado Nilson Mourão, agradeço a V.Exa. o aparte.

O painel tem condições de funcionar se os argumentos da auditoria nos convencerem. V.Exa. não pode assegurar tão antecipadamente que ele não pode funcionar. Confiamos no que a auditoria disser. V.Exa. sabe que o Presidente Aécio Neves jamais colocará o painel em funcionamento se não tiver as devidas garantias, aceitas, inclusive, pelos Srs. Líderes. V.Exa. fique tranqüilo.

Sr. Presidente, passo a abordar outro assunto. Mais uma vez, para vergonha de todos os baianos preocupados em melhorar suas condições de vida, o Estado lidera as piores estatísticas nacionais do setor social.

O nível de desemprego na Bahia está entre os maiores do País. A miséria fez o Estado colaborar com o maior número de Municípios para o Projeto Alvorada, cuja seleção levou em conta exatamente as regiões mais miseráveis do Brasil.

Como se não bastasse isso, agora sabemos pelo IBGE, em informação divulgada no dia 24 de novembro passado pelo jornal **A Tarde**, que a Bahia lidera também os Estados que mais exploram a mão-de-obra infantil. São mais de 300 mil crianças fora das escolas e sob a exploração do trabalho quase escravo. Trata-se do segundo maior número em termos absolutos do Brasil.



Ora, em meio a esse ambiente de degradação social e de miséria absoluta, está a evidente incompetência do grupo político que governa nosso Estado e não consegue alterar o quadro social vergonhoso por ele apresentado. Falei de incompetência, mas suspeito que haja mesmo certa indiferença com os interesses dos mais necessitados. O Governo está voltado para os ricos, para as empreiteiras, para os amigos, para os parentes, para os mais próximos, para os que lhe rendem homenagens sem mérito.

O que não se esperava é que esse Governo desinteressado e incompetente, além de nada fazer para reduzir as diferenças sociais, no caso específico retirar as 300 mil crianças baianas do trabalho penoso e levá-las para a escola, ainda sabota aqueles que estão tentando fazer o que o Governo Estadual não faz.

Recentemente, a Secretaria Estadual de Educação do Governo César Borges — leia-se Antonio Carlos Magalhães, porque dele é mero representante e nada decide — despejou 170 crianças de uma escola estadual no Município de Uauá, um dos mais pobres da Bahia, que realizavam a jornada ampliada do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. As salas eram emprestadas porque faltava espaço nas escolas municipais.

Por perseguição política, porque a Prefeita de Uauá não reza pela cartilha do Governo Estadual, a Secretaria Estadual de Educação simplesmente requisitou as salas estaduais onde as 170 crianças recebiam a educação complementar prevista no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil — PETI. Requisitou-as sem oferecer alternativa, colocando as crianças para fora dali de um dia para o outro.

Esse, contudo, não é o único grave boicote da Secretaria Estadual de Educação ao Município. Esses homens do Governo da Bahia chegaram ao ponto de



alterar os dados do censo escolar enviado pelo Governo Estadual ao Ministério da Educação, apagando o nome das 1.500 crianças matriculadas neste ano nas novas vagas abertas nas escolas municipais de Uauá. Um crime feito para impedir que a Prefeitura amplie as verbas federais destinadas à merenda escolar e ao transporte dos estudantes. Temos até ofício deles tentando justificar a sabotagem, depois que foram descobertos.

Essa realidade de mesquinha política, de pequenez, é generalizada na Bahia. Outros Municípios também são boicotados, como São Sebastião do Passé, onde prédios estaduais subtilizados não são cedidos para uso dos alunos da rede municipal, ou Caldeirão Grande e Boa Vista do Tupi, onde o Secretário Estadual da Educação anunciou que não municipaliza a educação nos dois Municípios porque não quer.

Enquanto isso, a educação da Bahia vai se transformando em caos. Para escapar dos números que demonstram o enorme índice de repetência no Estado, a Secretaria Estadual de Educação simplesmente instituiu a obrigação de os professores passarem todos os alunos de ano.

Vejam, senhoras e senhores, o **nonsense**: na sua incompetência para curar a febre, o Governo César Borges quebrou o termômetro, jogou fora o instrumento de medição da qualidade do ensino, para não medir o fracasso de sua política de educação.

Essa política de educação, na verdade, virou política na educação, para uso eleitoral, para perseguir a oposição, mas também para usar as vagas do magistério como moeda de recompensa a cabos eleitorais. Segundo a Associação dos Professores Licenciados da Bahia — APLB, há 6 mil professores concursados



aguardando ser chamados para ocupar vagas, enquanto o Governo Estadual contrata professores sob regime temporário, para manipular politicamente a educação baiana.

Esse é o retrato da educação pública na Bahia. Chegamos ao ponto de ter um Governo de Estado flagrado sabotando programa federal de erradicação do trabalho infantil somente porque está sendo realizado em parceria com a Prefeitura da Oposição.

A verdade é que as crianças baianas não têm um governo que cuide delas. Na Bahia, só existe educação pública de qualidade na propaganda do Governo.

Neste momento faço um apelo aos correligionários do Governador da Bahia nesta Casa: procurem o Governador César Borges e peçam a S.Exa. que deixe a mesquinha política de lado e pense mais no futuro da Bahia.

Pensem e ajam com grandeza, senhores que governam a Bahia.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Almeida, o Sr. Themístocles Sampaio, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Rodrigues, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. MAURO BENEVIDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rodrigues) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os círculos intelectuais do meu Estado estão de luto, em razão do desaparecimento, ontem ocorrido, do Prof. Hélio Melo, figura de expressão do magistério cearense, integrante do corpo docente de vários estabelecimentos de ensino, nos quais ocupava a cadeira de Português.

Filólogo consagrado, era ele constantemente solicitado para dirimir dúvidas vernaculares, fazendo-o sempre com extrema competência, a ponto de haver alcançado projeção nacional por sua cultura e abalizados conhecimentos do nosso idioma.

Como Secretário da Faculdade de Direito e Assessor do Reitor Antônio Martins Filho, o ilustre extinto aposentara-se nos quadros de nossa Universidade Federal, cercado sempre do respeito e da estima de seus colegas e dos alunos que com ele conviveram mais de perto.

Como membro vitalício do Instituto do Ceará — a cujos quadros tenho também a honra de pertencer —, Hélio Melo era sempre convocado para proferir palestras e conferências, bem assim colaborar na revista anual, editada por aquele vetusto sodalício.

Nos jornais que circulam em nossa Capital, o pranteado mestre da língua colaborava brilhantemente, fazendo-o com assiduidade no espaço “Idéias”, do **Diário do Nordeste**, a convite do jornalista Pádua Lopes, que dirige aquele periódico, pertencente ao Grupo Edson Queiroz.



Filho do Município de Ibiapina, na Serra da Ibiapaba, Hélio Melo deslocou-se para Fortaleza bem jovem ainda, iniciando, a seguir, sua trajetória como lente de Português, firmando sólido conceito e recolhendo testemunho de sua profunda identificação com a matéria, da qual se tornou uma das mais importantes figuras, ao lado dos saudosos Martins de Aguiar, José Valdivino de Carvalho, Antonio Soares da Silva, Antonio Pessoa Pereira e José Sobreira do Amorim.

Na sua antiga residência, à Rua Princesa Isabel, bem próxima da UFC, ele costumava receber seus discípulos, que lhe vinham formular consultas sobre dúvidas que remanesciam na interpretação de textos da lavra de autores laureados.

Recordo que, como Presidente da Assembléia Legislativa do Ceará, não foram raras as vezes em que solicitei seus valiosos préstimos para tornar mais escorreitos os textos legais, em elaboração no âmbito daquele Poder.

Na readaptação da Carta Cearense, em consequência da Constituição Federal de 1967, confiei a Hélio Melo a incumbência de escoimar a redação final de imperfeições ou equívocos — missão de que ele se desincumbiu com incomparável perfeição e em tempo de permitir, na data aprazada, a respectiva promulgação.

Algumas vezes recusava-se a receber honorários por trabalhos que lhe eram confiados, tão grande era seu desapego às coisas materiais, embora relevante a colaboração prestada a órgãos governamentais e a particulares.

Muitos escritores dele se socorriam para a configuração definitiva dos originais redigidos, no momento em que antecedia o envio dos mesmos à impressão gráfica, em editoras do nosso Estado.

Amigo pessoal de Hélio Melo e seu colega no Instituto do Ceará, desejo reverenciar sua memória inapagável, rendendo-lhe o tributo da minha sincera



admiração e de proclamado reconhecimento aos seus méritos excepcionais, que o tornaram um dos maiores expoentes de Filologia em nosso País.

Ele foi um sábio que honrou as melhores tradições culturais do povo nordestino.



O SR. PRESIDENTE (Francisco Rodrigues) – De acordo com o art. 89 do Regimento Interno da Casa, concedo a palavra ao nobre Deputado Roland Lavigne para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB. S.Exa. dispõe de nove minutos.

O SR. ROLAND LAVIGNE (PMDB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, anunciamos, da tribuna, fato relevante que acaba de acontecer na Bahia, com o qual todos nós, baianos, nos emocionamos pela sua magnitude.

Pela primeira vez, depois de dez anos, Antonio Carlos Magalhães é derrotado na Bahia. Isso aconteceu na eleição para a Presidência do Tribunal de Justiça da Bahia, quando seu candidato foi derrotado pelas forças democráticas daquele Estado.

Estamos anunciando para o Brasil que a Bahia começa a mudar, e mudar através do Poder Judiciário.

Se Deus quiser, no próximo ano, em virtude dessa decisão histórica dos senhores desembargadores, que elegeram o Desembargador Carlos Cintra para sua Presidência nos próximos dois anos, também o Tribunal Eleitoral será comandado por desembargador não vinculado ao carlismo.

Assim, Deputado João Almeida, teremos eleições livres na Bahia — nós, que fazemos oposição nesta Casa e pregamos isso há tanto tempo.

Antes de conceder o aparte ao Deputado João Almeida, quero parabenizar os heróicos dezessete desembargadores que votaram no Desembargador Carlos Alberto Dutra Cintra, derrotando Amadias Barreto, numa demonstração de que a Bahia também é um Estado livre.

Ouçó, com muito prazer, o Deputado João Almeida.



O Sr. João Almeida - Deputado Roland Lavigne, V.Exa. anuncia uma boa nova na Bahia. Para o Sr. Presidente e os demais Deputados que nos ouvem, isso pode parecer algo simples.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rodrigues) - Nobre Deputado João Almeida, a Mesa lembra que nas Comunicações de Liderança não é permitido aparte.

O SR. ROLAND LAVIGNE - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que seja tolerante.

O Sr. João Almeida - Não havendo liberalidade...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rodrigues) - Sr. Deputado João Almeida, a palavra está assegurada ao nobre Deputado Roland Lavigne, mas vamos abrir exceção, contrariando o Regimento.

Esta Casa é um senáculo democrático. E é deste plenário que nos manifestamos muitas vezes contrariando o Regimento.

Deputado Roland Lavigne, continua V.Exa. com a palavra.

O SR. ROLAND LAVIGNE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. João Almeida - Se houvesse da parte de qualquer Sr. Deputado de outro partido algum questionamento, V.Exa. certamente saberia garantir o disposto no Regimento, mas não é o caso. Hoje é segunda-feira, e estamos num debate com mais liberdade. Mas eu dizia, para V.Exa. e demais Srs. Deputados que nos ouvem, que esse fato pode parecer estranho. Foi derrotado o candidato do Sr. Antonio Carlos Magalhães. Em princípio, todos temos o direito, em qualquer disputa, de ter preferência por um ou outro candidato. Portanto, não seria nada demais, porque a disputa é pública, embora o Colégio Eleitoral seja muito fechado. Mas na Bahia é diferente. Sabe-se que há dez anos, repetidamente, Antonio Carlos Magalhães vem elegendendo, por imposição da força e do uso de instrumentos de poder do Governo, da



chantagem, da maldição, o Presidente do Tribunal de Justiça. Indica antes, arrosta com toda a valentia que o vai eleger e elege. Desta vez — é o que dizem na Bahia — S.Exa. foi de casa em casa pedir voto. Outrora, ele chamava os desembargadores, passava-lhes um carão e dava ordem. Agora foi de casa em casa penitente e humildemente pedir-lhes voto, atitude essa absurda! De alguma forma isso significa interferência em outro Poder. Sabe-se que o poder efetivo do Governo do Estado da Bahia é dele; não é do Governador César Borges, mero cumpridor de ordens. A nova decisão do Judiciário é muito significativa para o soerguimento moral da Bahia. E isso é a força dos novos juizes que entram na carreira através de concurso; é a força dos novos desembargadores que, após muito boicote, conseguiram ser indicados por mérito, antigüidade, etc., e produzir esse resultado. O fato tem muito significado para a libertação e a autonomia dos Poderes no Estado da Bahia. Saúdo V.Exa. pelo anúncio da boa nova.

O SR. ROLAND LAVIGNE - Agradeço a V.Exa. as palavras, assim como ao Presidente a permissão.

Mesmo não sendo regimental, é muito bom registrar a emoção do Deputado João Almeida. S.Exa., baiano como eu, vive num Estado onde a Justiça tinha único dono. Mas agora podemos testemunhar a liberdade dos seus juizes e desembargadores ao exercerem na plenitude democrática do Direito seus papéis fundamentais. Sentimo-nos emocionados. Esse é um gesto que para nós, baianos, tem profundo significado.

Nós, que lutamos contra tudo e contra todos, contra decisões judiciais feitas nas pernas de alguns juizes e desembargadores, a pedido político, cremos que essa será uma página virada na história da Bahia.



É de se enaltecer neste momento a posição digna dos dezessete desembargadores que sufragaram o nome do Desembargador Carlos Alberto Dutra Cintra para Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia no próximo biênio. A Bahia, seus juízes, seus procuradores e o Poder Judiciário como um todo estão de parabéns.

Estamos há dez anos — e foi dito pelo Deputado João Almeida — vendo a prática da nomeação dos Presidentes dos Tribunais de Justiça, assim como a dos Governadores do Estado e Presidentes da Assembléia Legislativa.

A Bahia é um Estado que vive sob regime de exceção política, onde uma única pessoa domina os três Poderes.

Para nossa alegria, acabar esse império no Judiciário é o retrato vivo de que, em breve, teremos plena democracia em nosso Estado, com eleições livres, para que não se manipule o banco de dados nas eleições proporcionais — como nas duas últimas eleições —, não se mude a vaga do Senado — fato ocorrido na eleição de 1994 —, enfim, para que o povo da Bahia seja respeitado por ter uma Justiça, de agora em diante, digna, coerente em seus princípios e a serviço do povo da Bahia.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Francisco Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Octávio, pelo Bloco Parlamentar PFL/PST. S.Exa. dispõe de oito minutos e dividirá o tempo com o próximo orador.

O SR. PAULO OCTÁVIO (Bloco/PFL-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, o mundo assistiu horrorizado, ao vivo, à destruição das torres gêmeas de Nova Iorque. Foi o ápice do terrorismo bárbaro, cruel, que não hesita em ceifar vidas de inocentes. É ato que deve ser condenado em todas as instâncias de maneira incisiva, clara e determinada. A guerra que lavra no Afeganistão é consequência direta dos atentados ocorridos nos Estados Unidos, no último dia 11 de setembro. É preciso exterminar as organizações do terror que, infelizmente, se organizaram na Ásia Menor.

Mas, Sr. Presidente, não subi à tribuna para discorrer sobre o terrorismo. Vim falar de algo de aproveitável mesmo naqueles atos que contêm o mal. No caso, abriu-se uma oportunidade única para o turismo no Brasil. A recessão norte-americana e o medo de voar para aquele país estão empurrando novas levadas de turistas para áreas mais seguras do planeta. O Brasil está entre estas regiões consideradas alvos improváveis de atos terroristas.

Organizações internacionais estão procurando lugares pacíficos para realizar seus congressos internacionais. E os turistas brasileiros, que em 1998 deixaram 7 bilhões de dólares nos Estados Unidos, tendem agora a ficar dentro de seu próprio País. Não é a melhor maneira de dar uma boa notícia. Mas o fato é que o turismo deverá viver fase muito especial, favorável, no próximo verão.

Poucos países do mundo desfrutam de natureza tão bela e generosa como o Brasil. São quase 4 mil quilômetros de praias, que começam no Hemisfério Norte e



vão até a Região Sul. Há formidável diversidade de climas. Existem cenários que agradam ao mais exigente turista. Enfim, há de tudo por aqui: praia; montanha; serras; rios; lagos; comida farta e variada; cenários espetaculares. É necessário explorar a atividade com profissionalismo e rigor de qualidade.

Espanha, Portugal e Itália, países geograficamente menores que o Brasil, encontram na receita com turismo fonte confiável de geração de renda e emprego. A Espanha recebe mais de 40 milhões de turistas por ano. O Brasil, em 1998, recebeu apenas 5,5 milhões deles. Foi um bom resultado frente a números muito menores nos anos anteriores. Mas ainda é pouco.

É preciso trabalhar muito para organizar o setor e revesti-lo da dose necessária de profissionalismo. Até recentemente, era mais barato viajar para o exterior do que conhecer o próprio País. Passagem aérea para Buenos Aires era mais barata do que para Porto Alegre. O trecho Brasília/Manaus era mais caro que Brasília/Miami. A crise ocasionada pelos atos terroristas teve imediata consequência no turismo norte-americano.

A redução de turistas determinou a queda nos preços. Um pacote de uma semana em Orlando, na Flórida, custava no mínimo 1.500 dólares. Hoje pode ser adquirido pela metade do preço. Os norte-americanos sabem da importância do turismo para gerar empregos e vender produtos. É necessário trabalhar duro e rapidamente para transmitir confiança ao turista e restabelecer a situação antes existente. Há uma guerra de tarifas e efetiva disputa pelo turista. A competição envolve preço e qualidade.

Estamos fazendo a nossa parte. A Subcomissão de Turismo da Câmara dos Deputados, da qual sou Vice-Presidente, promoveu o III CEBRATUR — III



Congresso Brasileiro da Atividade Turística, realizado nesta Casa no início do mês passado. Nosso maior objetivo foi sensibilizar os demais colegas deste Parlamento para a necessidade da criação da Comissão Permanente de Turismo, proposta que conta com o fundamental apoio do nosso Presidente, Deputado Aécio Neves. Trata-se de medida importante para dar respaldo necessário a essa atividade econômica da maior relevância.

Dentre as propostas aprovadas durante a Semana do Turismo está a realização de fóruns legislativos estaduais de turismo, em que as Secretarias Estaduais estabelecerão interação efetiva com suas Assembléias Legislativas, com o apoio da Subcomissão Permanente de Turismo. Outra sugestão foi assinar convênio com a UnB para criar um sistema de informações para o setor.

Além dessas sugestões, o Congresso recomendou a aprovação dos principais projetos de lei em andamento na Casa, a exemplo do que regulamenta a profissão de bacharel em turismo. Precisamos também regulamentar a atividade dos agentes de viagem. Temos, ainda, a Lei de Responsabilidade Civil para agências de viagem e a criação da Comissão Permanente de Turismo, tão necessária.

Os membros do Congresso também decidiram trabalhar para viabilizar ações junto ao Poder Executivo que facilitem os cruzeiros marítimos no Brasil. Além dessas decisões, integrantes do encontro resolveram realizar ações no Legislativo, em conjunto com o setor turístico nacional, para o desenvolvimento do segmento de gastronomia, hospitalidade, eventos, operadores, agências de viagem e transportadoras turísticas.

Veja, Sr. Presidente, que as lideranças ligadas ao setor de turismo estão se mobilizando para enfrentar os desafios deste início de século. De um lado, o



terrorismo mostrou sua face impiedosa. De outro, a economia da grande potência norte-americana registra sinais perturbadores de recessão. No meio da turbulência aparece a oportunidade para o Brasil. Mas o País precisa se organizar e profissionalizar o setor.

Há, também, embaraços decorrentes de políticas que podem ser modificadas. É urgente, por exemplo, dotar o País de outras entradas internacionais. Brasília possui o terceiro aeroporto mais movimentado do País e recebe pouquíssimos vôos internacionais. Não há explicação lógica para isso. Diversos vôos, que vêm da Europa e vão para Lima, Santiago e Bogotá, passam por cima da nossa Capital. Não fazem escalas aqui. As rotas para Nova Iorque, que saem do Rio ou de São Paulo, não descem na Capital da República.

É fundamental aumentar a quantidade de portões de entrada no País, facilitar o desembarque de turistas estrangeiros, incentivar o turismo de fronteira. Exemplo recente de integração vem do Norte. A ligação asfaltada de Roraima com a Venezuela está permitindo que turistas dos dois lados da fronteira se visitem, coisa que já acontece no Sul do País há muitos anos. É preciso lembrar, Sr. Presidente, que turismo é atividade econômica que não discrimina. Não exclui, inclui.

Esse segmento produz emprego e gera renda. E o faz de maneira democrática. Ganham as transportadoras, aéreas ou terrestres, os bares, os restaurantes, os motoristas de táxi, os artistas, os hotéis, os engraxates e os carregadores de mala. Milhares de trabalhadores nos Estados Unidos e na Espanha vivem do turismo. Todos ganham. Aqui não é diferente.

Estou fazendo relato do que foi decidido no III Congresso Brasileiro da Atividade Turística, com a participação dos Deputados, inclusive do Presidente desta



Casa, Aécio Neves, no esforço para organizar e conceder maior eficiência ao setor. O investimento em turismo produz emprego, gera renda e retorna com velocidade impressionante. Temos no Brasil o cenário ideal para o turista mais exigente. Basta saber explorá-lo com competência. O Governo não precisa conceder subsídios. Basta fazer a parte que lhe cabe. A iniciativa privada é capaz de fazer o resto.

Muito obrigado.

O Sr. Francisco Rodrigues, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Themístocles Sampaio, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Rodrigues, que utilizará o tempo restante do PFL.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES (Bloco/PFL-RR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente quero agradecer ao nobre Deputado Paulo Octávio por me ceder parte do seu tempo.

Ocupo a tribuna para tratar de assunto que nos tem preocupado e angustiado, na condição de representantes dos Estados da parte mais setentrional deste País, como é o caso do meu, Roraima, e o do nobre Deputado Themístocles Sampaio, Piauí. Trata-se das ações do IBAMA naquela região.

O IBAMA, importante instituição que tem como atribuição precípua a preservação do nosso meio ambiente, de forma impositiva e constante, num comportamento policialesco, tem prejudicado agricultores e pescadores, que retiram de suas atividades seu sustento e o de sua família.

Sr. Presidente, também os madeireiros, mesmo cumprindo as normas impostas pelo IBAMA, que defendemos por entender essenciais à racionalização da atividade madeireira, várias vezes são submetidos a terríveis constrangimentos por fiscais daquele órgão.

Muitas vezes, o pescador que vai até a margem de um rio ou igarapé tem as tralhas de pesca apreendidas e jogadas ao rio sem explicação e sem fundamento legal. Contra isso é que nos insurgimos.

O Ministro do Meio Ambiente, companheiro de partido, brilhante Deputado Sarney Filho, a quem está subordinado o IBAMA, poderia, por meio de uma ação segura e determinada, orientar aquela instituição a não agir de forma policialesca,



realizando, a exemplo da Polícia Rodoviária Federal nas estradas brasileiras, uma ação educativa, inicialmente.

A população do meu Estado, principalmente os madeireiros e os pescadores, estão se ressentindo dessa dura ação do IBAMA. Esperamos que o Ministro ponha um ponto final nisso.

Era esta a minha reclamação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Manoel Salviano para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB. S.Exa. dispõe de nove minutos.

O SR. MANOEL SALVIANO (PSDB-CE. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na próxima quinta-feira, dia 6 do corrente, nos salões do Marina Park Hotel, em Fortaleza, a Associação Cearense de Emissoras de Rádio e Televisão — ACERT realizará o 7º Congresso Cearense de Radiodifusão, evento que congrega os dirigentes dos veículos de comunicação eletrônica de todo o Estado.

O importante encontro objetiva homenagear, com a entrega do Troféu ACERT 2001, personalidades e empresas que contribuíram para o fortalecimento da radiodifusão cearense.

Neste ano, Sr. Presidente, por unanimidade dos votos da diretoria, foi indicado para receber um dos troféus, na categoria Radiodifusor do Ano, o Padre Gonçalo Farias Filho, “pelo notável trabalho que vem sendo feito na **Rádio Educadora** de Crato, um ícone da radiodifusão cearense”. Os demais agraciados são: na categoria Cliente do Ano, Banco do Nordeste, na pessoa de seu Presidente, Byron Queiroz; na categoria Homenagem Especial, SEBRAE/CE; na categoria Radialista do Ano, Afrânio Peixoto.

A honrosa distinção outorgada ao Padre Gonçalo é, sem dúvida, das mais justas e merecidas, uma vez que representa o reconhecimento aos seus esforços à frente da conceituada emissora. É oportuno ressaltar a presença permanente da **Rádio Educadora** de Crato, liderada pelo ilustre prelado, nos movimentos sociais e nas campanhas de valorização do homem.



Órgão de comunicação social, detentor de invejável audiência, graças a sua linha de independência, a **Rádio Educadora** tem-se constituído, ao longo dos anos, em instrumento de vital importância na fiscalização dos poderes constituídos. Sempre que surge a denúncia de episódios que ferem frontalmente os interesses comunitários, é ela uma das primeiras a exigir rigorosa apuração dos fatos.

Sua atuação, porém, não se restringe ao acompanhamento da conduta da administração pública. Sua contribuição é igualmente flagrante nos empreendimentos culturais e esportivos, deixando os milhares de ouvintes a par dos mais importantes acontecimentos da nossa história. Padre Gonçalo, diligente e realizador, promove habitualmente interessantes inovações na programação da rádio que dirige, granjeando o respeito e a admiração da opinião pública de toda a região do Cariri.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Padre Gonçalo Farias Filho é personalidade de indiscutível prestígio nos meios intelectuais e universitários do sul do Ceará, tendo sido Vice-Reitor da Universidade do Cariri e Diretor da Faculdade de Filosofia do Crato. Como se nota, a homenagem a ele conferida é extensiva a todo o povo do Cariri, que tem no notável sacerdote exemplo de conduta ética e moral.

Na mesma oportunidade, Sr. Presidente, deixo assinalado o tributo de minha homenagem ao radialista Afrânio Peixoto, igualmente agraciado com a importante honraria. Trata-se de profissional dos mais conceituados, que, no decurso do tempo, tem sido modelo de eficiência e de comportamento honrado no exercício de suas atividades.



Afrânio Peixoto passou por algumas importantes emissoras de Fortaleza, fixando-se durante muitos anos na direção geral da extinta **Rádio Uirapuru**, onde formou uma equipe de profissionais competentes que liderou a audiência no Estado por mais de quinze anos.

Esse, Sr. Presidente, é o registro que faço sobre a concorrida solenidade, ao mesmo tempo em que me congratulo com os preeminentes homenageados, em face da condecoração que lhes é conferida.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) - Concedo a palavra ao nobre Deputado José Antonio Almeida pelo Bloco Parlamentar PSB/PCdoB. S.Exa. dispõe de dez minutos

O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA (Bloco/PSB-MA.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não é desconhecida desta Casa a prerrogativa do Presidente da República de solicitar urgência para a apreciação de projetos de sua iniciativa, estabelecida no art. 64, § 1º, da Constituição Federal. Dispõe o mesmo artigo, em seu § 2º, que, “Se, no caso do parágrafo anterior, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, cada qual, sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação”. Ou seja, fica trancada a pauta até que seja votada a matéria que tramita em regime de urgência. Entretanto, essa prerrogativa não foi conferida pelo Constituinte para ser usada indiscriminadamente pelo Presidente da República, sem nenhum critério, como vem ocorrendo reiteradas vezes.

No ano de 2000, final da Sessão Legislativa, entre outubro e novembro, esta Casa não pôde votar nenhuma matéria durante cinquenta dias porque vários projetos do Poder Executivo tramitavam em regime de urgência constitucional, entre eles o PLP nº 9, relativo à previdência complementar. Mas havia entre eles projetos como o que autorizava a construção de um hospital universitário no Estado do Tocantins, que não era polêmico. Não havia neste caso justificativa para o regime de urgência.

O desvio de finalidade está bem caracterizado no projeto que pretende flexibilizar as relações trabalhistas, fugindo da tradição do nosso Direito, baseada no



Direito Romano, em que a lei, como vontade geral da Nação, regula as relações privadas, limitando, restringindo a capacidade de contratar, a chamada autonomia da vontade.

Sr. Presidente, o abuso ainda é maior porque, embora haja urgência para tramitação da matéria, a própria base de sustentação do Governo teve coragem de obstruir a votação, semana passada. Isto é, o Presidente da República impede o livre exercício do Poder Legislativo, solicitando a urgência sem nenhum critério, o que implica crime de responsabilidade, e a sua base, o seu próprio Líder nesta Casa, Deputado Arnaldo Madeira, obstrui a votação da matéria, trancando a pauta de trabalhos.

Tendo em vista essas considerações, estou colhendo assinaturas para uma proposta de emenda à Constituição que visa alterar o citado § 1º do art. 64 da Carta Magna, a fim de restringir essa prerrogativa do Presidente da República a projetos de lei de sua iniciativa privativa, como os que dispõem sobre criação de cargos, funções ou empregos na administração pública direta e autárquica e os que fixam ou modificam o efetivo das Forças Armadas, entre outros, conforme disposto no § 1º do art. 61 da mesma Carta. A possibilidade de urgência para qualquer projeto de iniciativa do Presidente provoca uma verdadeira deformação no processo legislativo brasileiro.

Outra condição seria que o Presidente da República demonstrasse o interesse público relevante no requerimento de urgência. Se um Deputado solicitar urgência para a tramitação de determinada proposição, terá de justificar-se. Não pode o Presidente da República ficar dispensado de fazê-lo.



Aprovada minha proposta de emenda, ficaria assim redigido o § 1º do art. 64 da Constituição Federal: Sempre que demonstrar relevante interesse público, o Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projeto de sua iniciativa privativa.

Desta forma, Sr. Presidente, tenho impressão de que estaremos colocando as coisas nos devidos termos. Se o Presidente da República quiser que qualquer projeto de sua iniciativa, como é o caso do projeto que flexibiliza a CLT, do projeto sobre política nacional do saneamento básico — que teve a urgência constitucional retirada e depois restabelecida, através de simples ofícios, sem qualquer justificativa —, seja apreciado em regime de urgência pode, através dos seus Líderes na Casa, requerer ao Plenário. Desta maneira, haverá por parte da Casa a anuência para que aquele projeto ganhe a prioridade necessária para ser votado antes dos demais projetos em pauta.

É preciso dar ao Executivo condições de exercício de sua função, mas jamais, Sr. Presidente, em detrimento do livre exercício do Poder Legislativo, que nos compete. Para isso fomos eleitos.

Muito obrigado.



O SR. WILSON BRAGA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WILSON BRAGA (Bloco/PFL-PB. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cidade de Uiraúna, no meu Estado, comemora nesta data mais um aniversário de sua independência política.

Localizada no alto sertão do Estado, no Vale do Rio do Peixe, Uiraúna comemora seus 48 anos de lutas e de conquistas sociais. Uiraúna como os demais Municípios do sertão vem lutando contra as dificuldades próprias das cidades interioranas, para implantar infra-estrutura que possibilite a melhoria das condições de vida do povo e do seu próprio desenvolvimento.

Berço de filhos ilustres que se notabilizaram na cultura, na música, na medicina e engrandeceram o clero paraibano, entre tantos outros expoentes importantes podemos citar: Dom Luiz Gonzaga Fernandes; Dom Frágoso; Padre Manoel Vieira, de saudosa memória e ex-diretor do Ginásio Diocesano de Patos; Padre Luiz Gualberto, ex-diretor da Faculdade de Filosofia de Cajazeiras; Padre Gervásio Fernandez; os médicos Oswaldo Cascudo e Francisco Pinheiro da Rocha, este ex-diretor do Serviço Médico da Câmara dos Deputados; João Claudino Sobrinho e João Claudino Fernandez, empresários ilustres; as professoras Irene de Carvalho e Palmira Lima.

Teve como seu primeiro Prefeito nomeado, Adolfo Rodrigues, e o seu primeiro Prefeito Constitucional, Ananias Figueiredo. Toda a trajetória de Uiraúna foi de vitórias e de sucessos, sendo hoje uma cidade plenamente realizada economicamente.



O primeiro movimento visando à independência de Uiraúna, nasceu no Ginásio Diocesano de Patos sob a inspiração do Cônego Manoel Vieira, seu diretor e o grande baluarte da luta vitoriosa. A partir daí integrei-me a esse trabalho ainda como aluno diocesano e tive a oportunidade, como Deputado Federal e como Governador, de prestar relevantes serviços à cidade e ao Município, conseguindo a implantação, instalação e o funcionamento do hospital geral, construído pelo FUNRURAL, das agências do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, obras importantes que ajudaram a consolidar o processo de desenvolvimento daquela importante cidade sertaneja.

Como Governador fiz a ligação asfáltica de Uiraúna a Cajazeiras e de Uiraúna a Sousa, para facilitar o escoamento da produção e acelerar o seu desenvolvimento; no campo da educação criei o colégio de 2º grau; sempre tive como homem público um carinho todo especial pela cidade de Uiraúna, hoje administrada honrosamente pelo Prefeito João Bosco Fernandes, responsável também por grandes obras no Município.

Por tudo isso, Sr. Presidente, quero congratular-me com o Prefeito João Bosco Fernandes, com os Vereadores e com o povo de Uiraúna pela auspiciosa comemoração de mais um aniversário de sua emancipação política.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Concedo a palavra ao nobre Deputado João Magno, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT de Minas Gerais. S.Exa. dispõe de seis minutos.

O SR. JOÃO MAGNO (PT-MG. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, encontramos-nos nesta Câmara dos Deputados há praticamente quatro semanas debatendo o Projeto de Lei nº 5.483, a partir de inabalável determinação dos partidos de oposição, contrariamente a qualquer e mínima boa vontade do Governo.

O Governo enviou esse projeto em caráter de urgência urgentíssima, utilizando-se desse instrumento para fugir do debate, para esconder da sociedade brasileira, dos trabalhadores, a violência que ele representa se for realmente aprovado, ocasionando supressão de direitos históricos dos trabalhadores alcançados ao longo dos últimos sessenta anos.

Na condição de integrante suplente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, presenciei momentos dramáticos, desfavoráveis aos trabalhadores. Felizmente, a Oposição conseguiu transpor a barreira imposta pelo Governo em várias sessões da referida Comissão. Além de se esconder do debate, apresentando uma argumentação inteiramente enganosa, o Governo tentou, a toque de caixa, aprovar o projeto. Não teve êxito, porque os trabalhadores estiveram presentes, assim como sindicalistas de todo o País.

O fechamento desta Casa, para impedir a entrada de trabalhadores, foi uma decisão extremamente infeliz do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados. Entendeu-se que somente era permitida a entrada do Presidente da Central Única dos Trabalhadores por meio de **habeas corpus**.



Chegamos a esse nível de tensão e de desrespeito ao critério elementar com o qual esta Casa deveria ser conduzida, qual seja, o da isenção e da democracia, especialmente no que se refere à tensão que esse projeto vem causando na Câmara dos Deputados nas últimas semanas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o projeto foi debatido em plenário e os órgãos de comunicação da Casa puderam externar à sociedade brasileira a gravidade dos prejuízos que ele traz aos direitos adquiridos dos trabalhadores. Trata-se, na verdade, do desmantelamento da CLT, que nós, do PT e dos partidos de oposição, temos certeza de não se tratar de grande consolidação, pois tem suas imperfeições e precisa ser atualizada no que se refere a assegurar direitos da classe trabalhadora, aquela que mais sofre quando cortes têm de ser feitos no País.

No último final de semana, estivemos presente em várias regiões do Vale do Aço, em Minas Gerais, onde está concentrado um dos maiores contingentes de trabalhadores daquele Estado — operários, industriais, bancários e trabalhadores da área de serviços. Pudemos perceber, principalmente nas portas das fábricas da cidade de João Monlevade, onde se situa a Belgo-Mineira, e da cidade de Ipatinga, onde se situa a ACESITA, que os trabalhadores estão estupefatos com o que está acontecendo. O povo brasileiro não concorda com o que se pretende fazer.

Estamos alertas. Já chegou ao conhecimento dos trabalhadores que esse projeto é lesivo, violenta seus direitos e não pode ser aprovado.

Aproveito este momento para fazer referência ao trabalho de inspeção que está sendo realizado no painel da Casa, cuja auditoria foi por nós solicitada. Até agora, no mínimo duas questões foram consideradas.



É preciso entender que o trabalho só foi iniciado e que o painel encontra-se ainda sob suspeita. É a conclusão clara dos técnicos de Campinas.

Há dois pontos a considerar. Primeiro, o Deputado João Almeida há pouco esteve na tribuna levantando suspeição contra nosso companheiro da bancada do Partido dos Trabalhadores, do Rio Grande do Sul, Deputado Clovis Ilgenfritz. É preciso dizer que além de haver dúvidas, segundo os próprios técnicos que estão fazendo a investigação desse assunto, os jornais também não estão bem orientados. Está claro que em muitos casos não publicam, por exemplo, a lista de todos os que faltaram à votação.

Em outros casos, a **Folha de S.Paulo** publica o nome do ex-Deputado Marcelo Déda, do Estado de Sergipe. É outra falha. É um fato impossível, porque há onze meses o ex-Deputado Marcelo Déda tomou posse na Prefeitura de Aracaju. Portanto, é inconcebível que seu nome ainda esteja no painel.

Quero dizer ainda mais: o Deputado Clovis Ilgenfritz votou contra essa barbárie. Na própria lista está seu voto contra. Que fique bem claro para o Deputado João Almeida que as referências do companheiro não são cabíveis.

Sr. Presidente, o segundo ponto. O parecer técnico dá sucinta resposta que até agora aqueles que estão apurando esse assunto vêm dando para esta Casa e para a Nação: “Verificamos a existência no sistema do registro de votação referente à Sessão Ordinária nº 250 (...), cuja cópia impressa é apresentada em anexo, por nós rubricada em todas as suas páginas” — é essa cópia a que nos referimos, em que aparece o voto “não” do companheiro Clovis a esse projeto —, “sobre cuja autenticidade e integridade nada podemos afirmar ainda”. Quer dizer, tudo está sob inteira suspeição.



Para concluir, quero fazer apelo ao Presidente da Casa no sentido de que enquanto esse assunto não for devidamente apurado não cabe qualquer votação de natureza polêmica neste Parlamento. Caso contrário, estaremos trabalhando pela desmoralização de uma das mais importantes Casas do País e do Poder Legislativo.

Esta semana, não haverá tempo de ter os fatos devidamente aferidos. Daí ser necessário que o Presidente da Casa não proceda à votação utilizando o painel, que está sob inteira suspeita.

Quero, então, fazer mais um apelo a todos os trabalhadores brasileiros para que continuem pressionando os que estão votando favoravelmente ao projeto.



O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paes Landim, pelo Bloco Parlamentar PFL/PST.

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PFL-PI.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a assunção ao Governo do Piauí, por força de decisão da Justiça Eleitoral, do Senador Hugo Napoleão, vai trazer, de logo, conseqüências positivas para muitos problemas e reivindicações que já há anos eu vinha defendendo nesta Casa.

Primeiramente, a confirmação da presença do Sr. Paulo Silva na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos vai favorecer, agora com o estilo do Governador Hugo Napoleão, a reestruturação da própria Secretaria, que estava funcionando em caráter precário. Não havia estímulo governamental para que a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos tivesse uma estrutura organizacional à altura de sua importância.

Temos hoje, por exemplo, a Agência Nacional das Águas, dirigida pelo Dr. Jerson Kelman, que certa feita me disse que tinha boa impressão do Dr. Paulo Silva, mas que as coisas não andavam no Piauí. Milhões e milhões de dólares do Banco Mundial para o programa de investimentos hídricos no Piauí estão parados porque até o Comitê de Bacia do Rio Parnaíba e seus afluentes o Governador passado nunca se dignou a constituir.

Estou certo de que a Agência Nacional de Águas buscará manter entendimentos, e o Secretário Paulo Silva se beneficiará, agora com a ajuda do Governador Hugo Napoleão, de todo o apoio da ANA para equacionar problemas como a situação crítica do Rio Guaribas, em Picos, bem como para a construção da Adutora do Garrincha, na região do Parque Nacional da Serra da Capivara, outra



luta de muitos anos que já constou até de emenda minha ao Orçamento, uma delas inclusive sabotada pelo ex-Diretor do DNOCS, Sr. Hidelberto.

Não tenho a menor dúvida de que o Dr. Paulo Silva irá imediatamente, com o apoio do Governador Hugo Napoleão, junto ao Dr. Kelman e ao Ministro do Meio Ambiente, Sr. Sarney Filho, acelerar os entendimentos para que o aproveitamento do Açude Petrônio Portela, para abastecer São Raimundo Nonato, São Lourenço e Coronel José Dias, finalmente seja concretizado. Essa é aspiração que tem tudo para ser concretizada.

Outro aspecto que quero abordar diz respeito ao Ministério do Esporte e Turismo. O Governador anterior não teve interesse em colocar no PRODETUR recursos que viabilizassem a construção da estrada São Raimundo—Caracol, onde fica o Parque Nacional Serra das Confusões, cuja criação teve minha modesta iniciativa, e do Aeroporto de São Raimundo Nonato, onde se situa o Parque Nacional Serra da Capivara, que vão favorecer de maneira espetacular o ecoturismo naquela região.

Agora, Sr. Presidente, as tratativas serão diferentes, e embora o programa do PRODETUR já esteja consolidado por parte do Ministério em relação aos Estados, já entregue ao BID, em Washington, restou um recurso remanescente. Estive pessoalmente com o Sr. Ministro Carlos Melles na quinta-feira passada. Tenho certeza de que a hora e a vez do Piauí em relação à estrada e ao aeroporto chegaram em razão exatamente da boa vontade do Ministro e do interesse que vai despertar no Governador Hugo Napoleão, para que os recursos sejam direcionados agora para o Estado, porque estávamos procurando uma maneira de direcioná-los



para outras áreas, inclusive para o Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, em virtude dos problemas com o Governo passado.

Portanto, é interessante assinalar que precisamos agir com rapidez. Nesse sentido, estou me dirigindo ao Sr. Governador Hugo Napoleão para que, por intermédio do seu Secretário de Planejamento, Dr. Felipe Mendes, possamos entregar o mais rapidamente possível o plano de trabalho do Aeroporto de São Raimundo Nonato, uma vez que o projeto foi bem feito pelo DAC com recursos alocados diretamente da Presidência da República, graças à Secretaria-Geral da Presidência e ao interesse demonstrado pelo Dr. Júlio Rodrigues e pelo então Secretário-Executivo daquela Secretaria, Dr. Marcelo Cordeiro.

Com o abastecimento da Adutora do Garrincha e, no futuro, com a luta que iremos reiniciar pela transposição do canal do Rio São Francisco, descendo via Rio São Lourenço na direção do Açude Petrônio Portela, a fim de perenizar o Rio Piauí, com um Governador com vontade política de realizar os atos administrativos e políticos aqui enunciados, tenho certeza de que daremos um grande passo para alavancar o desenvolvimento daquela esquecida região.

Mas ainda teremos de estudar mecanismos de perenização do Rio Canindé — assunto já abordado por mim —, do Rio Guaribas, do Vale de Itaueiras, região riquíssima de grande potencial hídrico, mas praticamente abandonada. Com o apoio, o estímulo e a vontade do Governador Hugo Napoleão, tendo à frente o jovem Secretário do Meio Ambiente Paulo Silva, agora devidamente incentivado com estrutura organizacional adequada à sua Secretaria, tenho certeza de que alcançaremos resultados positivos, alcance da maior dimensão socioeconômica e cultural para o resgate do semi-árido no Estado do Piauí.

Muito obrigado.



A SRA. MARINHA RAUPP – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. MARINHA RAUPP (PMDB-RO. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje vou fazer mais que um discurso, vou fazer um depoimento sobre um Estado que aprendi a conhecer, a gostar e, mais do que isto, a amar.

Um Estado que se localiza na Região Norte, com uma área de 238.512 quilômetros quadrados. Seu relevo é suavemente ondulado, com clima equatorial, com uma população aproximada de 1.377.000 habitantes, onde até o século XVII somente algumas missões religiosas haviam-se aventurado pela região, e no século XVIII os bandeirantes iniciaram a exploração desse Estado que aprendeu a crescer na sua adversidade e se desenvolveu na Amazônia Legal, dentro do Projeto do Governo Federal Integrar para não Entregar, na colonização do INCRA, onde as pessoas que ali se instalassem, para receber o título de propriedade da terra, deveriam desmatar 50% do lote para uso da agricultura e da pecuária, o que na época era considerado como benfeitoria; na implantação do Projeto POLONOROESTE, com recursos do Banco Mundial, que tinha por objetivo ordenar a ocupação do Estado e que resultou na criação de Núcleos Urbanos de Apoio Rural — NUARES, que deram origem a quase metade dos Municípios existentes; na implantação do Projeto PLANAFLORO, nas regras ditadas por Brasília, pelo Governo Federal; pelos ocupantes de gabinetes, onde, com seus ar-condicionados ligados (antes do apagão de 2001), sequer tinham conhecimento do povo que na escuridão abria as florestas para ajudar a “cuidar” de uma região que se encontrava e se encontra ameaçada de invasão por estrangeiros, que, depois de



explorarem os recursos naturais de seus países, se acham no direito de ditar regras ao povo brasileiro.

Nessas clareiras abertas por este povo valente e desbravador era cultivado o sonho de poder oferecer melhores condições de vida a sua família. Essas pessoas sonhavam com uma vida melhor. Enfrentaram inúmeras dificuldades: quase não havia estradas e as existentes eram praticamente intransitáveis; as doenças, principalmente a malária, eram implacáveis e ceifaram milhares de vidas; não tinham energia; moradia adequada. Enfrentaram as chuvas e a seca, os insetos e as feras, a fome e a sede.

Mas este povo destemido e trabalhador ocupou o Estado e, superando todos os infortúnios, desenvolveu inúmeras atividades. No início, com o auge do ciclo da borracha — os seringueiros, na época, foram denominados de soldados da borracha e, infelizmente, até hoje nem todos foram recompensados —, e, logo após, com o predomínio do setor madeireiro. Nesses espaços desmatados, iniciaram-se as atividades agropecuárias, principais atividades hoje desenvolvidas em todo o Estado.

Em 1943, era Território Federal do Guaporé, cujas terras foram desmembradas do Amazonas e do Mato Grosso, e, em 1981, tornou-se Estado.

Assim foi criado o Estado de Rondônia, cujo nome é uma homenagem a Cândido Rondon, o desbravador da região.

Um Estado que foi conquistado com braços fortes de um povo destemido, desafiando a própria morte, em busca de melhores condições de vida, em busca de liberdade sob o céu formoso, risonho e límpido, onde as estrelas brilham com maior intensidade, fazendo renascer a fé e a esperança em dias melhores, e que no solo



fértil da Pátria amada jogava-se a semente do feijão, do arroz, do milho, do capim, plantava-se mandioca, cacau, café e exploravam-se os recursos naturais, objetivando o aumento da produção e, conseqüentemente, gerando desenvolvimento para não deixar que outros países se intitulassem donos da nossa região amazônica.

O povo rondoniense é formado por migrantes de todos os Estados brasileiros, que, atendendo ao apelo feito pelo Governo Federal, para lá se dirigiram e, com muita fé em Deus, desbravaram o sertão. Por meio de muito trabalho e sofrimento estão desenvolvendo o Estado de Rondônia.

É bem verdade que as dificuldades continuam existindo, mas também é verdade que nosso povo não esmorece e, apesar de todas as adversidades, continuam firmes, pois acreditam que Rondônia é o melhor lugar para viver.

Hoje o “meu povo”, o nosso povo sofre, porém trabalha;

Sofre, porém produz;

Sofre, porém acredita;

Sofre, porém luta;

Sofre, mas não quer sofrer mais.

Quer mais que esperança! Quer ser reconhecido como cidadão, como brasileiro e quer que o Governo Federal resgate a dívida social que tem para com Rondônia, para com o povo rondoniense; dívida esta contraída na década de 70, quando atenderam ao apelo feito “Integrar para não Entregar”.

E as promessas feitas ainda não foram cumpridas; os investimentos em Rondônia ainda são pequenos. Temos inúmeras cidades sem um centímetro de asfalto, sem um centímetro de saneamento básico, sem água tratada.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a esperança vem da União e do trabalho de nós, Parlamentares, que representamos o povo brasileiro. É bem verdade que avançamos em muitos pontos, mas há muito ainda por se fazer.

Lembro-me de meu primeiro mandato quando, em 1995, assumi esta tribuna e reivindiquei melhorias para nosso Estado; reivindiquei no Palácio do Planalto, nos Ministérios, nas Secretarias o envio de recursos financeiros para minimizar as desigualdades sociais; reivindiquei que os Municípios rondonienses fossem incluídos nos programas do Governo Federal. Fiz — e faço — uma verdadeira maratona em busca de benefícios para o meu povo.

Nós, rondonienses, não só cobramos, mas também sabemos agradecer ao Governo Federal pelos investimentos efetuados, pelas ações de apoio ao Governo e às Prefeituras, pelas ações de saneamento urbano, pelas ações de desenvolvimento rural, pelas ações no PROGER e qualificação profissional, pelas ações para o desenvolvimento cultural, pelas ações na saúde, pelas ações na educação, pelas ações na área do Sistema Penitenciário Estadual, pelas ações na área indígena, pelo Programa Comunidade Solidária, pelo Programa Comunidade Ativa, pelas ações para o desenvolvimento da mulher.

Um dos trabalhos mais árduos e mais gratificantes para esta Parlamentar foi conseguir aumentar o número de Municípios beneficiados pelo Programa Comunidade Solidária e pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF

Rondônia, em 1995, foi contemplada com apenas dois Municípios, mas conseguimos junto à Sra. Ruth Cardoso, Presidente do Conselho do Programa Comunidade Solidária, e junto à Sra. Ana Peliano, Secretária-Executiva, elevar este



número para dez, ainda no mesmo ano. Em 1996, conseguimos incluir mais seis Municípios, chegando a 31 em 1998. Em um Estado que tem 52 Municípios isto é muito significativo.

E aqui quero salientar que Rondônia foi o único Estado da Federação que conseguiu desenvolver todos os projetos do Programa Comunidade Solidária, graças ao esforço do povo, dos Prefeitos, dos técnicos e, principalmente, do Governador Valdir Raupp, que em nenhum momento mediu esforços para desenvolver o Estado. Trabalhou para o povo sem se importar com as facções partidárias, mas não teve este reconhecimento das Oposições, que tudo fizeram para travar seu trabalho, sem mesmo se importar se estavam prejudicando o nosso povo tão sofrido.

O Programa Comunidade Solidária foi uma estratégia adotada pelo Governo Federal, que selecionou os Municípios que tivessem população com maior índice de indigência para priorizar as ações sociais, ou seja, prioridade na obtenção dos recursos federais, bem como a complementação, o aumento dos recursos repassados aos Municípios, como é o caso da merenda escolar, dos agentes comunitários de saúde; suplementação alimentar para as crianças subnutridas; as cestas de alimentos distribuídas à população carente; apoio ao ensino fundamental; desenvolvimento urbano; apoio à agricultura familiar e geração de emprego e renda. Outra contribuição muito importante do programa foi a isenção de contrapartida nos projetos de desenvolvimento social.

Fazem parte do Programa Comunidade Solidária os seguintes Municípios: Alvorada D'Oeste; Costa Marques; Nova Brasilândia D'Oeste; Ouro Preto do Oeste; Porto Velho (Capital); Presidente Médici; Rolim de Moura; Santa Luzia D'Oeste; São



Miguel do Guaporé; Nova Mamoré; Cabixi; Corumbiara; Cujubim; Guajará-Mirim; Seringueiras; Theobroma; Alto Paraíso; Buritizal; Campo Novo de Rondônia; Candeias do Jamari; Castanheiras; Itapuã do Oeste; Mirante da Serra; Nova União; Novo Horizonte do Oeste; Pimenteiras do Oeste; São Felipe D'Oeste; São Francisco do Guaporé; Teixeirópolis; Urupá e Vale do Paraíso.

Em 1999, foi criado o Programa Comunidade Ativa, como uma nova estratégia para superar a pobreza e promover o desenvolvimento por meio de indução ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações das pequenas cidades e favorecendo o surgimento de comunidades mais sustentáveis, que sejam capazes de suprir suas necessidades mais imediatas, expandindo suas potencialidades através de suas vocações. Inicialmente foram contemplados com este programa cinco Municípios: Cacoal; Espigão D'Oeste; Jaru; Machadinho D'Oeste e Pimenta Bueno. Neste ano de 2001 foram incluídos mais catorze Municípios.

Quanto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF, trabalhamos intensamente, pois a maioria dos agricultores do Estado trabalha em regime familiar.

Juntamente com o Governador Valdir Raupp conseguimos a elevação dos valores do PRONAF, bem como a inclusão de um número maior de Municípios — 25 —, o que resultou em considerável ampliação no parque de máquinas agrícolas, tais como tratores de esteiras, tratores de pneus, secadores de café, máquinas para beneficiar café, arroz, batedores de cereais, retroescavadeiras, motoniveladoras, caminhões, ampliação da eletrificação rural, dos espaços para o fortalecimento dos agricultores e na aplicação de cursos visando à transferência de novas tecnologias



produtivas aos agricultores e pecuaristas, promovendo o aumento e a melhoria da qualidade da produção e da comercialização, através das cooperativas e associações de produtores e das Prefeituras.

Nas linhas de ação de crédito rural, levamos o Dr. Ricardo Conceição, Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil ao Estado, o que resultou em significativa ampliação da disponibilização de recursos para o custeio da safra agrícola.

Não podemos nos esquecer do Programa Lavouras Comunitárias, do Governo Federal, que, por meio da Secretaria de Ação Social, disponibilizou recursos para a compra de tratores e implementos agrícolas, o que beneficiou todos os Municípios do Estado, sendo que parte do que fosse produzido seria distribuído para a população mais carente.

Junto ao INCRA, em 1998, conseguimos efetivar um convênio no valor de R\$ 2.959.473,00, para a compra de uma patrulha mecanizada, para atender a todos os assentamentos do Estado, na abertura e na conservação de estradas, sendo que a manutenção desses equipamentos ficaria a cargo do Governo Estadual, o que traria maior rapidez aos trabalhos e diminuição de custos. Recursos esses que ficaram para a administração atual executar a compra dos equipamentos, e que, infelizmente, até hoje o objetivo do convênio não foi cumprido. Gostaria de sugerir que esses equipamentos sejam disponibilizados para o INCRA — Superintendência de Rondônia, para dar suporte à estrutura viária dos projetos dos assentamentos.

Viabilizamos, também, junto à SUFRAMA, por meio do Governo Raupp, a compra de tratores, gerando benefícios e desenvolvendo o setor agropecuário do Estado.



Por meio da injeção de recursos do Banco Mundial, aplicados através do PLANAFLORO, foram desenvolvidas ações nas áreas ambiental, agrícola, de infraestrutura, saúde, educação e estradas, pois possibilitou a regularização fundiária, demarcou o perímetro de 42 unidades de conservação, a construção de postos de fiscalização nas unidades, postos de saúde, escolas, aquisição de barcos para as reservas extrativistas, demarcação e reavivitação das áreas indígenas, crédito do FUNDAGRO, fomento com viveiros, reestruturação de equipamentos para a EMATER, EMBRAPA, CEPLAC, com centro de treinamentos e infra-estrutura às escolas rurais e a aplicação dos recursos que o Governo Federal disponibilizou através do PRONAF e pela implementação de políticas agrícolas estaduais, principalmente durante o Governo do Exmo. Sr. Valdir Raupp, o Estado de Rondônia teve um desenvolvimento surpreendente em todas as áreas, com destaque para a agricultura, transformando-se em um dos maiores produtores de grãos da Amazônia, sendo seus principais produtos o arroz, o feijão, o milho, a mandioca, o café, o cacau, a banana, o algodão e a soja, com um rebanho de cerca de 6 milhões de cabeças de gado, com uma produção de aproximadamente 235 milhões de litros de leite, que abastecem 44 indústrias laticínias. O Estado possui mais de 3 mil indústrias instaladas, sendo a maioria de pequeno e médio portes. Os principais minérios explorados são o granito, as pedras ornamentais, a cassiterita e o ouro. Foi também durante o Governo Raupp que houve a modernização do Porto de Porto Velho, por onde passam gêneros alimentícios com destino a Manaus e outros produtos para o Peru e Europa.

Este setor hoje se encontra em crise tanto pela falta de investimentos do Governo Federal quanto pela inércia e inépcia da atual administração estadual. Hoje



nossos produtores de café e de leite, por causa da falta de uma política justa de preços mínimos, estão sendo obrigados a erradicar o cafezal e a entregar o leite a preços irrisórios.

Outro fator agravante da crise no setor agropecuário do Estado de Rondônia é a Medida Provisória que altera o Código Florestal, hoje com o número 2.166-67.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta medida provisória determina que 80% da área da propriedade deve ser preservada, ficando apenas 20% para ser utilizada para a agricultura e pecuária. Isto é um absurdo, pois inviabiliza totalmente o pequeno produtor e a agroindústria. Além de não conseguir produzir para sua sobrevivência e a de seus familiares, não consegue financiamento junto às instituições bancárias, pois para tal devem comprovar que estão com 80% da propriedade preservada.

É chegada a hora de darmos um basta nessa situação, e aqui quero cobrar do Governo Federal o resgate de parte da dívida social que tem para com o povo rondoniense, aceitando o zoneamento socioeconômico-ecológico do Estado, que foi iniciado em 1988, através do POLONOROESTE, e concluído com recursos do Banco Mundial, por meio do Plano Agropecuário Florestal de Rondônia — PLANAFLORO.

Este zoneamento socioeconômico-ecológico foi concluído na escala de 1 para 250 mil e determinou a preservação de 70% do total das florestas nativas, além de propiciar o ordenamento territorial nos 30% restantes, através de uma destinação racional para a utilização de suas áreas efetivamente produtivas, ou seja, diagnosticando quais os produtos que melhor produzirão nesses locais, preservando



o meio ambiente, seus recursos naturais, e desenvolvendo as atividades extrativistas, agrícolas e pecuárias, por meio de um planejamento sustentável.

A lei complementar que dispõe sobre o zoneamento socioeconômico-ecológico do Estado de Rondônia foi aprovada pela Assembléia Legislativa no ano de 2000.

Há mais de vinte anos o INCRA somente dava o título definitivo da terra se fossem desmatados 50% do lote. E hoje esses mesmos proprietários estão sendo punidos por terem cumprido tal determinação.

Votar o Código Florestal sem reconhecer as regras que foram “dadas” para formar, para povoar um Estado é esquecer a história, é não respeitar o direito adquirido, é não respeitar a cidadania, é querer inverter o lema, é querer “Entregar para não Integrar”.

É chegada a hora de darmos também um basta ao caos social em que se encontra o nosso Estado, cuja crise se agravou com a demissão de aproximadamente 10 mil servidores estaduais, onde nossos doentes têm que sair fora do Estado em busca de atendimento médico; onde nosso povo acha-se refém da violência causada pela falta de segurança, pela falta de policiais, de combustível e até mesmo de material de expediente; pela falta de investimentos do Governo Estadual nas áreas prioritárias: educação, saúde, habitação, segurança pública e agricultura.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Rondônia quer ter uma universidade forte; quer ter o curso de Medicina; quer ter o curso de Agronomia Ambiental em Rolim de Moura; quer ter espaços culturais; quer divulgar sua cultura; quer um teatro no Estado — salientamos que é o único Estado que não tem teatro em sua Capital,



cujas obras foram iniciadas no Governo Raupp, mas, infelizmente, não teve prosseguimento a captação de recursos através da Lei Rouanet; quer bibliotecas em cada Município; quer bandas de músicas.

Quer casas de apoio ao produtor rural;

Quer Centros de Saúde da Mulher;

Quer hospitais em condições de atendimento;

Quer médicos;

Quer fazer parte do programa "Déficit Zero";

Quer toda criança na escola;

Quer saneamento, água tratada e moradia.

Rondônia não quer acabar com as florestas; quer aproveitar as áreas encapoeiradas; quer mecanizar; quer produzir; quer o programa de conservação do solo; quer otimizar as áreas desmatadas. Quer preço justo para os produtos agropecuários, principalmente para o café, o leite, a carne.

Rondônia quer agroindústrias como a AVENORTE, em Espigão do Oeste; Frigorífico Margem, em Rolim de Moura, e VITASAL, em Ji-Paraná.

Quer a saída para o Pacífico, que promoverá o desenvolvimento do setor de exportação.

Quer financiamento justo para a agricultura, indústria e comércio.

Rondônia quer desenvolver tecnologia para a biodiversidade.

Rondônia não quer biopirataria.

Rondônia quer que o Brasil assuma a Amazônia.



Rondônia quer que o mundo saiba que a Amazônia é nossa, é do Brasil; que no Amazonas temos 2.813.085 habitantes; no Acre, 557.226; no Pará, 6.189.550; no Amapá, 475.843; em Roraima, 324.152 e em Rondônia, 1.377.792.

Rondônia quer e precisa de estradas em boas condições de trafegabilidade.

Rondônia não quer e não precisa de Parlamentar desinformado, que não tem compromissos com o povo, que usa de mentira e de falsidade, que desconhece o Estado, que desconhece as regiões e as necessidades das comunidades, que desconhece as ações já efetuadas em benefício do povo rondoniense.

Rondônia quer Parlamentares honestos, trabalhadores e comprometidos com o povo rondoniense.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a divulgação de meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no Programa **A Voz do Brasil**.



O SR. JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sábado, realizamos seminário na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, sobre autonomia universitária, cumprindo inclusive pressuposto da própria Constituição Federal.

Quero agradecer a participação aos representantes das mais de doze cidades presentes ao seminário, à ilustre reitora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que fez palestra brilhante sobre o tema do seminário, aos sindicalistas e representantes da ANDES, enfim, a todas as pessoas que estiveram no evento e registraram sua indignação com o projeto que trata da flexibilização da CLT, o qual ainda não foi votado em função da pressão popular contrária a sua aprovação.



O SR. RICARDO FERRAÇO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PPS-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados dá mais um passo consistente na direção da pesquisa, da ciência e da tecnologia ao constituir Comissão Especial para análise do PL nº 5.584, de 2001, que propõe a criação de quatro fundos setoriais de desenvolvimento científico e tecnológico, os quais destinarão recursos para áreas fundamentais ao desenvolvimento do País: saúde, agronegócios, biotecnologia e aeronáutica.

Os recursos serão garantidos a partir da adequação da base de cálculo da contribuição criada no ano passado para o já existente Fundo Verde-Amarelo. Pelo projeto, participarão da contribuição todas as empresas que contratarem serviços técnicos e de assistência administrativa no exterior ou remeterem **royalties** a outros países. O projeto prevê a manutenção da alíquota de contribuição em 10% e propõe a redução da alíquota do Imposto de Renda de 25% para 15%.

Assim, não haverá possibilidade de alteração na carga tributária global, mas o volume de recursos destinados ao Fundo Verde-Amarelo, aos quatro novos fundos e ao Fundo de Infra-estrutura aumentará de R\$ 240 milhões para R\$ 520 milhões, a partir de 2002.

O projeto de lei prevê ainda uma nova fonte de recursos para o Fundo Verde-Amarelo, oriundos do Tesouro Nacional, em função da redução da renúncia fiscal das empresas do complexo eletrônico, segundo definição da nova Lei de Informática. É necessário que o Governo Federal faça a implementação, a fim de, cada vez mais, atrair fabricantes de bens de informática e telecomunicação, de



modo a reduzir o monstruoso déficit da balança comercial, este ano, em torno de US\$ 8 bilhões. Em 2002, esse total deverá chegar a R\$ 70 milhões e será adicionado àquele previsto atualmente. Em oito anos, o mecanismo deverá ampliar em até R\$ 2 bilhões os recursos disponíveis para o Fundo Verde-Amarelo.

Assim como ocorre com os fundos setoriais já existentes, o projeto de lei prevê também, para os novos fundos, o mecanismo destinado a reduzir os desequilíbrios regionais: pelo menos 30% dos recursos serão destinados às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O Fundo da Saúde possibilitará a implantação de uma política de ciência, tecnologia e inovação em saúde.

Com uma fonte permanente de recursos, o País investirá, já em 2002, cerca de R\$ 91 milhões em pesquisas que levem, por exemplo, ao aumento da capacidade nacional no combate às doenças infecto-contagiosas, bem como à AIDS e ao câncer. O Fundo contribuirá também para que o Brasil amplie sua pesquisa tecnológica sobre medicamentos genéricos hemoderivados. Atualmente, cerca de 25% do orçamento do CNPq são destinados à área da saúde, mas, mesmo assim, revelam-se insuficientes, Sr. Presidente. O Fundo da Saúde será fundamental para melhorar a situação e enfrentar os grandes desafios nessa área.

A biotecnologia vem promovendo uma revolução no tratamento de doenças, no uso de novos medicamentos para aplicação humana e animal, no desenvolvimento e melhoria dos alimentos e na recuperação e tratamento de resíduos, entre outros avanços. É esta área do conhecimento, na qual o Brasil vem se destacando, com a atuação de cerca de 1.700 grupos de pesquisa e de cerca de 300 empresas, que será beneficiada pelo novo Fundo, com cerca de R\$ 39 milhões



previstos já para o próximo ano. Dessa forma, haverá continuidade dos estudos que colocam o Brasil na vanguarda do seqüenciamento genético, com benefícios concretos para a sociedade brasileira e — por que não — para a sociedade global, como no caso, inclusive, do combate à vassoura-de-bruxa, à doença de Chagas e à leishmaniose. O mercado nacional de biotecnologia movimenta cerca de US\$ 500 milhões por ano, o que dá a idéia do potencial econômico de pesquisa de ciência em nosso País.

O setor de agronegócios é responsável por 30% do Produto Interno Bruto. Nos últimos anos, o conhecimento e a geração de tecnologia tornaram-se um diferencial na acirrada concorrência internacional, sobretudo nas questões agrícola e pecuária, segmentos que têm contribuído de maneira fundamental para as exportações brasileiras e a diminuição de nossas fragilidades internacionais.

O Brasil reúne condições de assumir a liderança mundial na agricultura tropical. Dispõe de grande capacidade de expansão agropecuária no cerrado (80 milhões de hectares) e no semi-árido (85 milhões de hectares). Para explorar esse grande potencial, o País precisará investir em biologia molecular, agricultura orgânica e de precisão e estudos sobre mudanças ambientais, entre outras áreas. Com o Fundo, o setor poderá receber já no ano que vem cerca de R\$ 91 milhões.

A posição conquistada pela EMBRAER no mercado internacional de aeronaves comerciais demonstra a capacidade técnica dos brasileiros nesse setor. É preciso continuar estimulando a evolução da indústria aeronáutica brasileira em projetos de pesquisa sobre navegação aérea, comunicações, controle de tráfego, cartografia e meteorologia. Com isso, será possível aprimorar produtos e serviços de alto conteúdo tecnológico e gerar empregos altamente qualificados. Com o novo



Fundo, estima-se que cerca de R\$ 39 milhões serão destinados, no próximo ano, ao esforço de pesquisa e desenvolvimento em universidades e centros de pesquisa, que visam aumentar o potencial da tecnologia aeronáutica brasileira. Instituições que tanto orgulham e beneficiam a sociedade brasileira, como o Centro Técnico Aeroespacial — CTA, serão também beneficiadas por esses recursos.

Fui indicado pelo meu partido, o PPS, como membro titular da Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5.484, de 2001, do Poder Executivo, que “institui Mecanismo de Financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, para o programa de fomento à pesquisa em Saúde, para o programa de biotecnologia e recursos genéticos — Genoma, para Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico e para o Programa de Inovação para a Competitividade”.

Entendo que a relevância do projeto deve merecer por parte da Câmara dos Deputados toda atenção e celeridade, para que o quanto antes possível, ainda este ano, possamos aprovar o projeto a fim de que no início de 2002 esses importantes e estratégicos setores possam contar com todo suporte necessário ao seu melhor desenvolvimento.

Sr. Presidente, foi muito importante o fato de termos constituído esta Comissão. Mas o mais importante é, até o dia 15, ainda no exercício parlamentar deste ano, concluirmos os trabalhos dessa Comissão e votarmos o projeto de lei, o que dará infra-estrutura aos setores estratégicos fundamentais, como o da saúde, da biotecnologia, do **agrobusiness** brasileiro, o setor aeroespacial, para que possam, em 2002, contar com tais fundos setoriais.



Este é o esforço que fazemos para melhorar cada vez mais a participação do Brasil neste contexto.



O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PSB-AL. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, atualmente não existe no Brasil uma lei que proíba explicitamente a clonagem humana; também nada há que a incrimine. A Lei nº 8.974/95, conhecida como Lei de Biossegurança, em seu art. 8º, II, III e IV, apenas veda a manipulação genética de células germinais humanas de embriões humanos, considerando-a como crime, permite a intervenção em material genético humano **in vivo** apenas para terapia de enfermidades genéticas, condicionando-a a respeitar os princípios éticos da autonomia e da beneficência, mas não incrimina a clonagem, uma vez que nenhum dos tipos de crimes previstos por esta lei em seu art. 13 refere-se à clonagem.

Com base nesta realidade foi que apresentei o Projeto de Lei nº 5.704/01, nesta Casa, de minha autoria, no qual proponho como crime a experiência e a clonagem de seres humanos. Entendo que este é o momento para que seja criada uma lei que evite experiências cientificamente questionáveis e que ferem a ética e a dignidade da pessoa humana e nada contribui para o avanço da humanidade, abrindo espaços para experiências muito perigosas.

Defendo a idéia de que desde a concepção a vida de todo ser humano deve ser respeitada de modo absoluto, porque o homem é, na terra, a única criatura que Deus quis por si mesma, e a alma espiritual de cada um dos homens é imediatamente criada por Deus, todo o seu ser traz a imagem do Criador. Vejo que experiências deste tipo correm o risco de se deixar nas mãos do homem o dom da vida, que só a Deus pertence.



Em Alagoas, Estado que represento, o jornalista França Moura reiteradas vezes tem perguntado à sociedade: “De que é feito o ser humano?” Quem é cristão e tem um pouco de conhecimento em Teologia responde que o homem é feito de carne e espírito. A ciência pode até querer clonar o homem como carne, e o espírito como fica? Imagine um homem só com a matéria. Por isso sou absolutamente contra a clonagem humana. Como Deputado com compromissos cristãos não poderia agir de outro modo.

Em tempo, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a divulgação de meu pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, a prestação jurisdicional é um poder-dever do Estado, a ser exercido com presteza e qualidade, corolário que é de direitos inscritos na Constituição Federal, entre as garantias fundamentais do cidadão.

Este é o fulcro da reivindicação paranaense, de criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Curitiba e jurisdição nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, idéia apoiada por amplo movimento de opinião pública, liderado pela seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil, com a participação da Associação Comercial do Paraná, entre outras expressivas entidades, além de lideranças políticas, sociais, empresariais e de trabalhadores de todo o Estado.

Nesse sentido, a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2001, em tramitação no Senado Federal, que “Cria os Tribunais Regionais Federais de 6ª e 7ª Regiões”, já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, relatada pelo Senador Osmar Dias, do PDT do Paraná.

A regionalização da Justiça Federal, adotada pela Constituição Federal, em verdade, tornou-se insuficiente para atender aos reclamos de Justiça ágil e próxima das partes, como o demonstram os dados expostos na justificação da proposta.

Entre 1989 e 2000, o número de juízes de primeira instância cresceu de 177 para 743; na segunda instância, no mesmo período, o aumento foi de 74 para 101 juízes; em doze anos, a quantidade de varas cresceu 200%. Mas nenhum novo



Tribunal Regional foi instalado, comprometendo a eficiência da tutela jurisdicional de 2º grau, na esfera federal, em face da precária infra-estrutura institucional instalada.

Em face de dúvidas levantadas sobre a regularidade de iniciativa da proposição, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago à colação o parecer do Prof. Cléverson Merlin Clève, titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e que atua nos cursos de mestrado e doutorado, o qual não deixa dúvidas quanto à constitucionalidade da criação de Tribunal Regional Federal, por intermédio de emenda ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sem ofensa à competência privativa prevista no art. 96, II, "c", ou às cláusulas pétreas do art. 60, § 4º, ambos da Constituição Federal, também porque o Poder Constituinte Derivado não se submete às limitações impostas ao Poder Constituinte decorrente dos Estados-membros.

No mesmo sentido é a Nota do Comitê Pró-TRF Minas, de 18 de setembro de 2001, cuja conclusão afirma que a PEC nº 29, de 2001, é constitucional e necessária à efetivação do princípio constitucional positivado no art. 5º, inciso XXXV, não possuindo vícios de natureza formal ou material, e que a criação dos novos Tribunais Regionais Federais almejados dá concretude ao direito fundamental de acesso ao Judiciário e é um importante passo em direção à efetividade e celeridade da prestação jurisdicional.

No brilhante voto proferido sobre a proposição, adotado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, o Senador Osmar Dias concluiu:

Como demonstrado ao longo da análise acima empreendida, a iniciativa reservada de que trata o art. 96,



inciso II, letra c, da Constituição Federal, não integra o núcleo rígido do princípio da separação dos poderes, o que afasta, no caso concreto, qualquer eiva de inconstitucionalidade. De outra parte, na esteira da jurisprudência já firmada pelo Supremo Tribunal Federal, inexistem empecilhos jurídicos à reformabilidade de comando inscrito no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sendo juridicamente viável, em suma, a medida preconizada na proposta sob análise. Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2001.

Em 13 de setembro deste ano, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tramitavam no Tribunal Regional da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, 106.731 processos judiciais, sendo 29.418 originários do Paraná, 25.376, de Santa Catarina, e 51.937 do Rio Grande do Sul. Em 2000, até 31 de agosto, foram a ele distribuídos 82.630 processos, sendo 24.268 do Paraná, 17.104 de Santa Catarina e 41.458 do Rio Grande do Sul, o que dá uma média de cerca de 400 processos por mês para cada magistrado, considerado o Plenário do Tribunal, de 27 desembargadores federais.

Esses números não deixam dúvida quanto à necessidade de urgente criação e instalação do Tribunal Regional da 6ª Região, com sede em Curitiba, em face da sobrecarga de trabalho do TRF da 4ª Região, fato que, a despeito da competência e dedicação dos Exmos. Srs. Desembargadores Federais que o compõem,



compromete a eficiência e celeridade da prestação jurisdicional, no âmbito da Justiça Federal de Segunda Instância, no Sul do País.

O acúmulo de processos compromete a tríplice finalidade da tutela jurisdicional, pois retarda a composição dos litígios (escopo jurídico), a pacificação social (escopo social) e a realização da justiça (escopo político).

Por isso, manifesto a certeza de que a matéria será, afinal, aprovada pelo Senado Federal, devendo em breve chegar a esta Casa, para revisão, como determina a Constituição Federal. Portanto, desde já solicito o apoio de todos os Srs. Deputados à aprovação da proposta de emenda à Constituição que cria os Tribunais Federais da 6ª e da 7ª Regiões, com sede em Curitiba e Belo Horizonte, respectivamente, que beneficiará diretamente a população dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, no primeiro caso, e de Minas Gerais e Espírito Santo, no segundo, e, indiretamente, pelo desafogo que propiciará aos Tribunais da 1ª e da 4ª Regiões, o Distrito Federal e os Estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Tocantins, Piauí, além do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.



VIII - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que amanhã, terça-feira, dia 4 de dezembro, às 10 horas, haverá sessão solene em homenagem ao oitavo aniversário de publicação da Lei Orgânica de Assistência Social.



O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) - Encerro a sessão, antes convocando para amanhã, terça-feira, dia 4 de dezembro, às 13 horas, sessão ordinária da Câmara dos Deputados. Convoco também sessão extraordinária para amanhã, após a ordinária, ambas com a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 252.3.51.O
Data: 03/12/01

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: Miranda

(Encerra-se a sessão às 16 horas e 46 minutos.)